

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	14
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	102
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
<b>Total</b>	<b>14.416.383</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	1.049.831	1.048.005
1.01	Ativo Circulante	79.011	81.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.887	12.713
1.01.03	Contas a Receber	16.613	18.526
1.01.03.01	Clientes	16.613	18.526
1.01.04	Estoques	1.911	705
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.989	4.806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.989	4.806
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.611	44.545
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	641	641
1.01.08.03	Outros	36.970	43.904
1.02	Ativo Não Circulante	970.820	966.710
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.708	42.588
1.02.01.07	Tributos Diferidos	26.790	25.229
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.790	25.229
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.918	17.359
1.02.01.10.03	Empréstimos e Financiamentos	3.025	11.466
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.893	5.893
1.02.02	Investimentos	919.293	908.041
1.02.03	Imobilizado	13.016	13.047
1.02.04	Intangível	2.803	3.034

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	1.049.831	1.048.005
2.01	Passivo Circulante	64.748	73.237
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	443	297
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	443	297
2.01.02	Fornecedores	9.526	10.660
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.526	10.660
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.621	5.557
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.988	21.633
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.988	21.633
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.988	21.633
2.01.05	Outras Obrigações	35.070	34.990
2.01.05.02	Outros	35.070	34.990
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.818	33.818
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.252	1.172
2.01.06	Provisões	100	100
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100	100
2.02	Passivo Não Circulante	190.782	190.782
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	94.000	94.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	94.000	94.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	94.000	94.000
2.02.03	Tributos Diferidos	96.781	96.781
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.781	96.781
2.02.04	Provisões	1	1
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1	1
2.03	Patrimônio Líquido	794.301	783.986
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	108.575	108.575
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.486	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	130.187	109.386

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.714	9.082
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.152	-8.146
3.03	Resultado Bruto	2.562	936
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.357	534
3.04.01	Despesas com Vendas	737	-1.418
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.736	-3.628
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	55
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.358	5.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.795	1.470
3.06	Resultado Financeiro	-58	547
3.06.01	Receitas Financeiras	2.465	572
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.523	-25
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.853	2.017
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.557	734
3.08.02	Diferido	1.557	734
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.296	2.751
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.296	2.751
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,6801	0,1817
3.99.01.02	PN	-0,7481	0,1999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,6801	0,1817
3.99.02.02	PN	-0,7481	0,1999

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.296	2.751
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.801	-37.452
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.505	-34.701

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.834	-5.117
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8	-119
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.348	-32
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.174	-5.268
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.713	12.784
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.887	7.516

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	108.575	0	109.386	783.986
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	108.575	0	109.386	783.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.296	20.801	10.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.296	0	-10.296
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	20.801	20.801
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	20.801	20.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-190	0	-190
5.07	Saldos Finais	566.025	0	108.575	-10.486	130.187	794.301

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.751	-37.452	-34.701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.751	0	2.751
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-37.452	-37.452
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-37.452	-37.452
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-66	0	-66
5.07	Saldos Finais	566.025	0	18.677	2.685	-35.041	552.346

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	18.443	8.872
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.706	10.247
7.01.02	Outras Receitas	0	42
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	737	-1.417
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.780	-8.347
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-13.152	-2.491
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.628	-5.856
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.663	525
7.04	Retenções	-270	-290
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-270	-290
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.393	235
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-6.839	6.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.358	5.526
7.06.02	Receitas Financeiras	1.157	598
7.06.03	Outros	1.362	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.446	6.359
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.446	6.359
7.08.01	Pessoal	2.620	3.730
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.490	3.671
7.08.01.02	Benefícios	73	26
7.08.01.03	F.G.T.S.	57	33
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	706	-157
7.08.02.01	Federais	351	-362
7.08.02.02	Estaduais	355	205
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.524	35
7.08.03.03	Outras	2.524	35
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.296	2.751
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.296	2.751

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	3.555.051	3.687.355
1.01	Ativo Circulante	1.601.659	1.740.536
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	388.588	465.338
1.01.03	Contas a Receber	576.483	608.867
1.01.03.01	Clientes	576.483	608.867
1.01.04	Estoques	11.347	10.323
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.751	24.040
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.751	24.040
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	583.490	631.968
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	275	121
1.01.08.03	Outros	583.215	631.847
1.02	Ativo Não Circulante	1.953.392	1.946.819
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	309.647	309.740
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.007	10.886
1.02.01.04	Contas a Receber	69.225	64.820
1.02.01.07	Tributos Diferidos	32.566	31.147
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.566	31.147
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	196.849	202.887
1.02.01.10.03	Empréstimos e Financiamentos	3.995	12.436
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	28.524	28.505
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	153.344	150.638
1.02.01.10.06	Demais Créditos	10.986	11.308
1.02.02	Investimentos	642.409	632.392
1.02.03	Imobilizado	113.344	110.744
1.02.04	Intangível	887.992	893.943

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	3.555.051	3.687.355
2.01	Passivo Circulante	1.465.981	1.568.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	73.923	70.495
2.01.01.01	Obrigações Sociais	48.733	47.062
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.190	23.433
2.01.02	Fornecedores	218.435	196.454
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	218.435	196.454
2.01.03	Obrigações Fiscais	396.037	487.606
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	152.235	147.647
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.170	120.833
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	111.170	120.833
2.01.04.02	Debêntures	41.065	26.814
2.01.05	Outras Obrigações	613.907	655.569
2.01.05.02	Outros	613.907	655.569
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	63.073	81.882
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	2.256	2.568
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	44.171	41.898
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	476.410	499.097
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	27.997	30.124
2.01.06	Provisões	11.444	10.309
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.444	10.309
2.02	Passivo Não Circulante	1.071.496	1.118.600
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	307.453	354.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	142.456	167.532
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	142.456	167.532
2.02.01.02	Debêntures	164.997	186.996
2.02.02	Outras Obrigações	353.841	343.192
2.02.02.02	Outros	353.841	343.192
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	77.472	98.013
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	81.433	70.245
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	1.004	1.103
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	90.692	71.632
2.02.02.02.11	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	103.240	102.199
2.02.03	Tributos Diferidos	347.863	359.741
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	347.863	359.741
2.02.04	Provisões	62.339	61.139
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62.339	61.139
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.017.574	1.000.675
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	108.575	108.575
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.486	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	130.187	109.386
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	223.273	216.689

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	659.872	633.871
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-581.785	-487.601
3.03	Resultado Bruto	78.087	146.270
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.549	-87.887
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.098	-62.345
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.918	-35.800
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.826	5.771
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.377	-6.998
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.018	11.485
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.538	58.383
3.06	Resultado Financeiro	-14.623	-30.660
3.06.01	Receitas Financeiras	22.140	12.086
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.763	-42.746
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.915	27.723
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.949	-10.192
3.08.01	Corrente	-23.666	-40.966
3.08.02	Diferido	717	30.774
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.034	17.531
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.034	17.531
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.296	2.751
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.262	14.780
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,6801	0,1817
3.99.01.02	PN	-0,7481	0,1999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,6801	0,1817
3.99.02.02	PN	-0,7481	0,1999

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.034	17.531
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.801	-37.452
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	18.767	-19.921
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.505	-34.701
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.262	14.780

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.895	51.444
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.229	-7.266
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.626	-43.295
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-76.750	883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	465.338	179.669
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	388.588	180.552

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	108.575	0	109.386	783.986	216.689	1.000.675
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	108.575	0	109.386	783.986	216.689	1.000.675
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-1.680	-1.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.296	20.801	10.505	8.264	18.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.296	0	-10.296	8.264	-2.032
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	20.801	20.801	0	20.801
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	20.801	20.801	0	20.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-190	0	-190	0	-190
5.07	Saldos Finais	566.025	0	108.575	-10.486	130.187	794.301	223.273	1.017.574

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113	205.457	792.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113	205.457	792.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-2.990	-2.990
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.751	-37.452	-34.701	14.780	-19.921
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.751	0	2.751	14.780	17.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-37.452	-37.452	0	-37.452
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-37.452	-37.452	0	-37.452
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-66	0	-66	0	-66
5.07	Saldos Finais	566.025	0	18.677	2.685	-35.041	552.346	217.247	769.593

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	1.001.970	988.275
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.016.812	1.039.311
7.01.02	Outras Receitas	12.745	1.839
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.037	6.972
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-36.624	-59.847
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-592.785	-509.544
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-576.031	-465.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.103	-41.062
7.02.04	Outros	-1.651	-3.080
7.03	Valor Adicionado Bruto	409.185	478.731
7.04	Retenções	-14.615	-14.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.615	-14.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	394.570	464.135
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.525	21.090
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.019	11.485
7.06.02	Receitas Financeiras	10.908	9.213
7.06.03	Outros	1.598	392
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	417.095	485.225
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	417.095	485.225
7.08.01	Pessoal	44.402	45.575
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.084	35.609
7.08.01.02	Benefícios	6.914	7.229
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.404	2.737
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	343.140	374.244
7.08.02.01	Federais	161.001	178.050
7.08.02.02	Estaduais	182.139	196.194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.585	47.875
7.08.03.02	Aluguéis	6.763	8.646
7.08.03.03	Outras	24.822	39.229
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.032	17.531
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.296	2.751
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.264	14.780

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



#### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 1º TRIMESTRE DE 2020 COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (não revisado pelos Auditores Independentes)

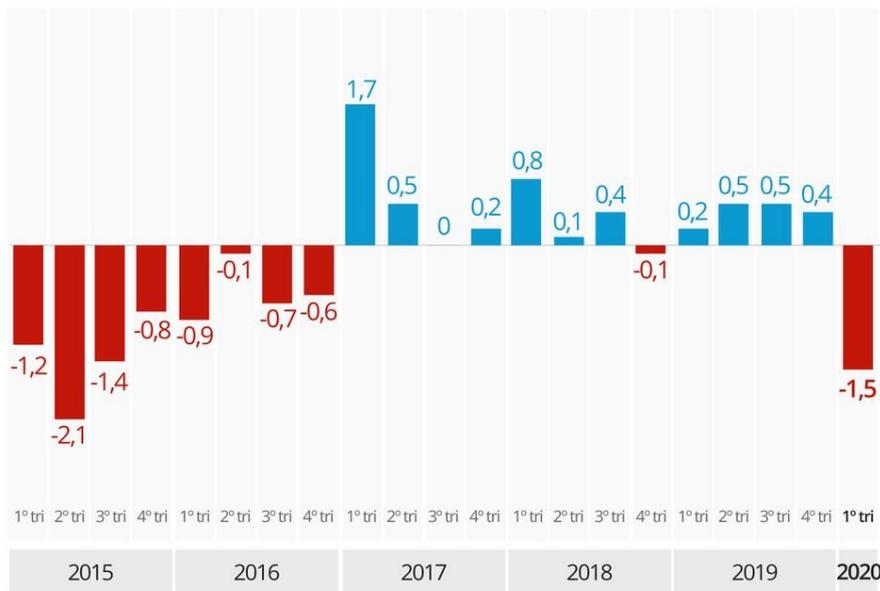
O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília ("Companhia" ou "CEB") e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2020.

#### CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Produto Interno Bruto (PIB), que é soma dos bens e serviços produzidos no Brasil do país, caiu 1,5% na comparação com o último trimestre de 2019, principalmente pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus e o distanciamento social. Este resultado interrompe uma sequência de quatro trimestres seguidos de crescimento e marca o menor resultado desde o segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Com isso, o PIB atual, equivalente à R\$1,803 trilhão, está em patamar semelhante ao que se encontrava no segundo trimestre de 2012.

### VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



Fonte: IBGE

Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB teve variação negativa de 0,3%. No acumulado em 12 meses, terminados em março de 2020, o PIB registrou aumento de 0,9%.

A crise do coronavírus afetou substancialmente a previsão de desempenho da economia brasileira em 2020. O último Boletim Focus divulgado pelo Banco Central traz uma expectativa de retração de 5,89% do PIB neste ano. A previsão do mercado é pior do que a estimativa do Ministério da Economia, que projeta uma perda de 4,7% na economia em 2020.

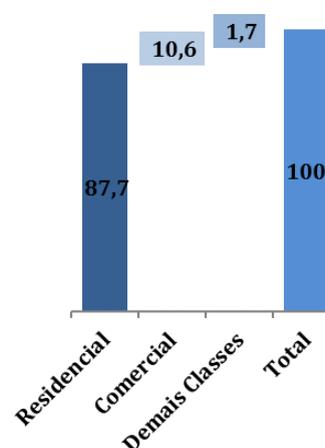
**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DESEMPENHO OPERACIONAL****QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:**

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	951.123	951.082	950.049	0,00%	0,11%
Industrial	1.380	1.392	1.428	-0,86%	-3,36%
Comercial	114.870	115.317	115.165	-0,39%	-0,26%
Rural	9.877	10.711	10.684	-7,79%	-7,55%
Poder Público	6.059	6.084	6.190	-0,41%	-2,12%
Iluminação Pública	23	23	20	0,00%	15,00%
Serviço Público	354	352	349	0,57%	1,43%
<b>Consumidores Faturados</b>	<b>1.083.686</b>	<b>1.084.961</b>	<b>1.083.885</b>	<b>-0,12%</b>	<b>-0,02%</b>
<b>Consumo Próprio</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>45</b>	<b>0,00%</b>	<b>-8,89%</b>
<b>(=) Total</b>	<b>1.083.727</b>	<b>1.085.002</b>	<b>1.083.930</b>	<b>-0,12%</b>	<b>-0,02%</b>

Composição dos consumidores por classe (%)



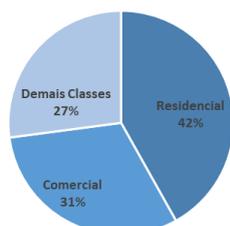
A Companhia encerrou o 1T20 com 1.083.686 consumidores, dentre os quais, 87,7% pertencentes à classe residencial, 10,6% à comercial e 1,7% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve redução de 1.275 clientes no trimestre e de 199 no período de 1 ano.

**CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):**

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	571.474	589.043	565.160	-2,98%	1,12%
Industrial	17.295	19.308	22.550	-10,43%	-23,30%
Comercial	423.162	448.634	443.930	-5,68%	-4,68%
Rural	24.494	33.469	32.792	-26,82%	-25,31%
Poder Público	140.039	156.899	147.584	-10,75%	-5,11%
Iluminação Pública	104.620	103937,583	109.418	0,66%	-4,38%
Serviço Público	84.063	85382,129	80.305	-1,55%	4,68%
<b>(=) Fornecimento faturado</b>	<b>1.365.147</b>	<b>1.436.674</b>	<b>1.401.738</b>	<b>-4,98%</b>	<b>-2,61%</b>
<b>Consumo Próprio</b>	<b>313</b>	<b>320</b>	<b>317</b>	<b>-2,19%</b>	<b>-1,26%</b>
<b>(=) Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>1.365.460</b>	<b>1.436.993</b>	<b>1.402.056</b>	<b>-4,98%</b>	<b>-2,61%</b>

No 1T20, o consumo faturado foi de 1.365 GWh, apresentando redução de 2,6% em relação ao 1T19. A principal classe de consumo que influenciou este incremento foi a Comercial (-20,7 GWh). O quadro a seguir demonstra a composição do consumo por classe de consumidores:

Composição do consumo por classe (%)



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RECEITA OPERACIONAL BRUTA:**

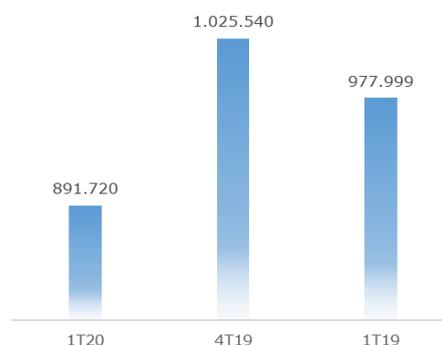
	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Fornecimento de Energia Elétrica	891.720	1.025.540	977.999	-13,05%	-8,82%
Energia de Curto Prazo	116.979	120.170	105.088	-2,66%	11,32%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(44.698)	(65.330)	(94.809)	-31,58%	-52,85%
Receita de Construção	9.037	9.108	6.972	-0,78%	29,62%
Aporte de Recursos CDE	12.086	12.159	12.540	-0,60%	-3,62%
Receita de Prestação de Serviços	17.886	25.422	10.873	-29,64%	64,50%
Suprimento de Energia	3.116	3.775	6.025	-17,46%	-48,28%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	8.995	13.943	11.291	-35,49%	-20,33%
Arrendamento e Aluguéis	8.707	8.467	8.217	2,83%	5,96%
Receita de Venda de Gás	1.512	1.692	1.730	-10,64%	-12,60%
Outras Receitas	512	262	359	95,42%	42,62%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.025.852</b>	<b>1.155.208</b>	<b>1.046.285</b>	<b>-11,20%</b>	<b>-1,95%</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(365.980)</b>	<b>(391.950)</b>	<b>(412.414)</b>	<b>-6,63%</b>	<b>-11,26%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>659.872</b>	<b>763.258</b>	<b>633.871</b>	<b>-13,55%</b>	<b>4,10%</b>

A Receita Operacional Bruta apresentou uma redução de 11,20% em relação ao 4T19. Em relação ao 1T19 a redução foi de 1,95%. Tais reduções em relação aos períodos analisados, trimestre imediatamente anterior e mesmo trimestre do ano anterior estão ligadas principalmente aos efeitos da atual pandemia que reduziu a demanda de energia e consequentemente a receita de fornecimento de energia elétrica.

**FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:**

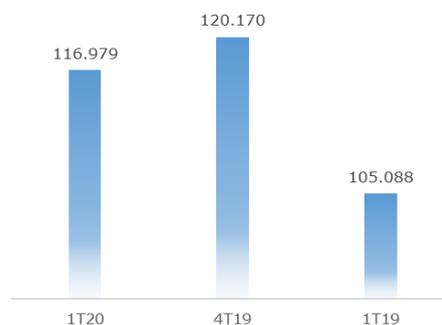
A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 1T20 registrou um decréscimo de 13,05% em relação ao 4T19. Quando comparado o 1T20 com o 1T19, a redução representou 8,82%. Essa redução na receita de fornecimento de energia no 1T20, quando confrontada com os períodos analisados, 4T19 e 1T19, justifica-se, substancialmente, pela queda na demanda de energia elétrica nos setores produtivos, comercial e industrial que foram os mais afetados pela crise global, refletida no mercado local, resultante da pandemia do COVID-19.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

**ENERGIA DE CURTO PRAZO:**

A receita de Energia de Curto Prazo no 1T20 atingiu R\$ 116.979, 11,32% superior à receita reconhecida no 1T19. Em relação ao período imediatamente anterior (4T19), observa-se uma redução de R\$ 3.191 (-2,66%) justificada principalmente pela redução do PLD médio de 2020 em relação ao mesmo trimestre anterior, bem como pela redução das sobras de energia elétrica ocorridas em 2019.

ENERGIA DE CURTO PRAZO



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020

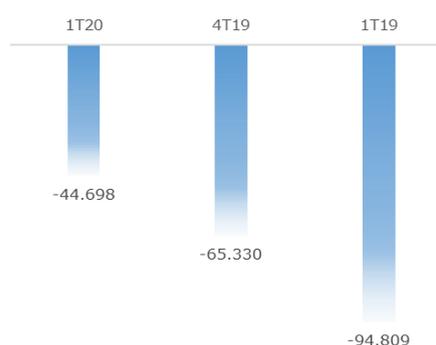
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



#### **RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:**

Os Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros representaram variação percentual com maior impacto negativo na Receita Operacional Bruta. A retração verificada no 1T20, quando se compara com o o 1T19 (-52,85%), decorre, principalmente, da devolução das sobras de energia elétrica de até 5%, devido ao aumento do PLD ocorrido em 2019, assim como do acréscimo da amortização dos ativos financeiros setoriais de 2019, referente à constituição de 2018.

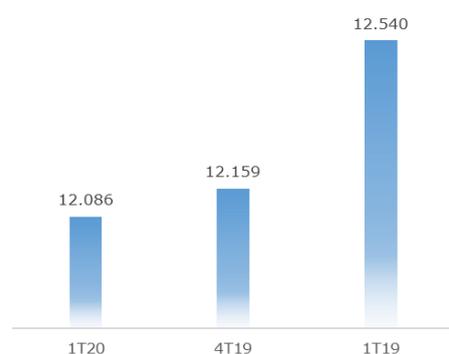
RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS



#### **APORTES DE RECURSOS CDE:**

A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou decréscimo de R\$ 454 (-3,62%), quando comparado com o 1T19, não apresentando, contudo, impacto significativo na composição da receita operacional.

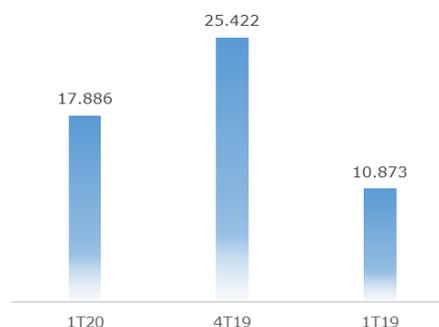
APORTE DE RECURSOS CDE



#### **RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 1T20, tal receita apresentou um decréscimo de R\$ 7.536 (-29,64%), decorrente da diminuição no volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 4T19.

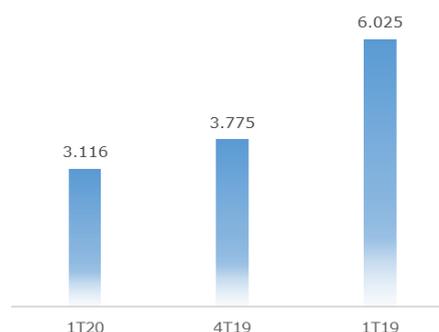
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



#### **SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

A receita de Suprimento de Energia alcançou no 1T20 R\$ 3.116, (-17,46%) inferior ao verificado no 4T19 (R\$3.775) e (- 48,28%) menor do que no 1T19 (R\$ 6.025). A tendência de queda é justificada pela diminuição da geração no período.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

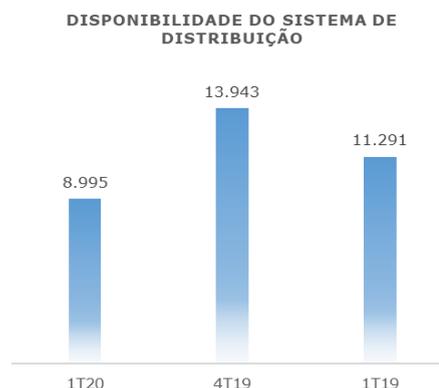


**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

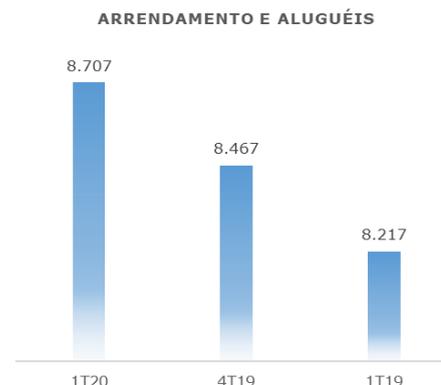
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 1T20 foi de R\$ 8.995, 35,49% inferior se comparado ao 4T19 (R\$ 13.943) e 20,33% inferior ao 1T19, justificada substancialmente pela diminuição de demanda de consumidores do ambiente livre.

**ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:**

A receita de Arrendamento e Aluguéis aumentou 2,83% no 1T20 em relação ao trimestre imediatamente anterior (4T19), em decorrência do reajuste dos contratos de compartilhamento de rede com empresas do ramo de telecomunicações.

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:**

	1T20	1T19	ΔANO
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	-429.726	-343.893	24,96%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-68.261	-63.316	7,81%
<b>Custo da Energia Comprada</b>	<b>-497.987</b>	<b>-407.209</b>	<b>22,29%</b>
Pessoal e Administradores	-52.013	-52.338	-0,62%
Serviço de Terceiros	-40.389	-40.262	0,32%
Custo de Construção	-9.037	-6.972	29,62%
Depreciação e Amortização	-14.615	-14.596	0,13%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	36.624	-59.847	-161,20%
Arrendamento	-6.930	-9.026	-23,22%
Material	-3.963	-2.369	67,29%
Outras Despesas	15.758	6.873	129,27%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>-147.813</b>	<b>-178.537</b>	<b>-17,21%</b>
<b>Total</b>	<b>-645.800</b>	<b>-585.746</b>	<b>10,25%</b>

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 645.800 no 1T20, um acréscimo de R\$ 60.054 (10,25%), em relação ao 1T19. As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

**CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:**

O Custo da Energia Comprada no 1T20 representou R\$ 497.987, um aumento de (22,29%) em relação ao 1T19, que totalizou R\$ 409.209, decorrente, principalmente, dos reajustes anuais dos contratos.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Despesas Operacionais, no 1T20, foram de R\$ 147.813, 17,21% menor do que o apurado no 1T19, impactado principalmente pela reversão de perdas com crédito de liquidação duvidosa proveniente do programa Recupera, implantado pela CEB em agosto de 2019, no qual foi concedida isenção de encargos moratórios, com o objetivo de reduzir a inadimplência de longa data, bem como intensificou a suspensão do fornecimento de energia elétrica, em função da contratação de empresa terceirizada para tal finalidade.

**OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:**

	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	3.334	4622	3.322	-27,87%	0,36%
Atualização do Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – VNR		5.640		-100,00%	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	190	245		-22,45%	
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	340	1.642	609	-79,29%	-44,17%
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR	2489	0	1496		66,38%
Ganho na Alienação de Bens	8359	10.418		-19,76%	
Outras Receitas	2114	3.296	344	-35,86%	514,53%
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>16.826</b>	<b>25.863</b>	<b>5.771</b>	<b>-34,94%</b>	<b>191,56%</b>
Provisão de Benefícios Pós-Emprego	-3.288	-4366	-3.492	-24,69%	-5,84%
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados		-1.564		-100,00%	
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	-2037	-10.572	-3322	-80,73%	-38,68%
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais	-501	-270	-516	85,56%	-2,91%
Outras Despesas	449	-4490	332	-110,00%	35,24%
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>-5.377</b>	<b>-21.262</b>	<b>-6.998</b>	<b>-74,71%</b>	<b>-23,16%</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas</b>	<b>11.449</b>	<b>4.601</b>	<b>-1.227</b>	<b>148,84%</b>	<b>-1033,09%</b>

**OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:**

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou um aumento de (191,56%) em relação ao 1T19, impactada, primordialmente, pelo ganho na alienação de bens no trimestre que correspondeu a R\$ 8.359.

**OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Outras Despesas Operacionais reduziram no 1T20, (-23,16% e -74,71%) em relação ao 1T19, e em comparação com o 4T19, respectivamente. A principal rubrica responsável por este decréscimo no trimestre em relação ao imediatamente anterior foi a provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios.



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RESULTADO FINANCEIRO:**

	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ TRIM.
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	7.595	11.428	3.470	-33,54%	118,88%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	3.159	331	1.253	854%	152%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	6.662	9.389	6.587	-29,04%	1,14%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.539	3242	1.198	9,16%	195,41%
Multas e Penalidades Aplicadas	197	278	169	-29,14%	16,57%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	1362	175	91	678,29%	1396,70%
Outras Receitas Financeiras	412	94	-108	338,30%	-481,48%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-786	-1.982	-574	-60,34%	36,93%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>22.140</b>	<b>22.955</b>	<b>12.086</b>	<b>-3,55%</b>	<b>83,19%</b>
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	-5.082	-1.439	-11.367	253,16%	-55,29%
Encargos de Dívidas	-10.379	-9.244	-4.424	12,28%	134,61%
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	-5.708	-2.958	-4.997	92,97%	14,23%
Juros e multa por atraso em pagamentos		-5.152	-16.667	-100,00%	-100,00%
Atualização de Benefício Pós-Emprego		564			
Recuperação de Despesas		30			
Outras Despesas Financeiras	-4.242	-946	-1.847	348,41%	129,67%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-25.411</b>	<b>-19.145</b>	<b>-39.302</b>	<b>32,73%</b>	<b>-35,34%</b>
Varição Cambial Líquida	-11.352	954	-3.444	-1289,94%	229,62%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-14.623</b>	<b>4.764</b>	<b>-30.660</b>	<b>-406,95%</b>	<b>-52,31%</b>

O Resultado Financeiro, no 1T20, foi negativo em R\$ 14.623, frente a um resultado financeiro de R\$ 4.764 registrado no 4T19. O 1T19 registrou resultado financeiro de R\$ -30.660. A variação no ano é justificada, principalmente, pelo efeito da multa e dos juros por atraso em pagamento do ICMS no valor de R\$ 16.667.

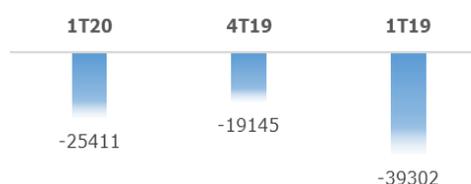
As seguir estão detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 1T20:

**RECEITAS FINANCEIRAS:**

As Receitas Financeiras aumentaram R\$ 9.361 (83,19%) no 1T19, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A Receita de Atualização Monetária sobre Ativos Regulatórios e de Juros/Variações Monetárias sobre Ativos representaram a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 1T19.

**DESPESAS FINANCEIRAS:**

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 1T20 redução de 35,34% em relação ao 1T19, devido, principalmente, ao reconhecimento de juros e multas pelo atraso no recolhimento do ICMS em 2019, que não se repetiu no ano de 2020.

**RECEITAS FINANCEIRAS****DESPESAS FINANCEIRAS**

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**EBITDA:**

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.

No 1T20, o EBITDA foi positivo, no montante de R\$ 50.153 (R\$ 92.063 no 4T19), representando uma variação negativa R\$ 41.910 na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

A Margem EBITDA no 1T20 foi de 7,6%, enquanto no 4T19 foi de 12,1%, e 11,5% no 1T19.

A redução do EBITDA em relação ao 4T19 deveu-se, principalmente, à redução da receita de fornecimento de energia elétrica decorrente da queda de consumo afetada pela pandemia do coronavírus que a população está enfrentando.

	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	(2.034)	57.374	17.531	-103,5%	-111,6%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	22.949	24.814	10.192	-7,5%	125,2%
(+) Resultado Financeiro	14.623	-4.714	30.660	-410,2%	-52,3%
(+) Depreciação /Amortização	14.615	14.589	14.596	0,2%	0,1%
<b>EBITDA</b>	<b>50.153</b>	<b>92.063</b>	<b>72.979</b>	<b>-45,5%</b>	<b>-31,3%</b>
<b>Margem EBITDA %</b>	<b>7,6%</b>	<b>12,1%</b>	<b>11,5%</b>		

**RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:**

O Resultado Consolidado no 1T20 foi prejuízo líquido de R\$ 2.034, (o resultado foi lucro de R\$ 17.531 no 1T19 e lucro de R\$ 57.374 no 4T19), representando uma variação de -111,6% e -103,5%, respectivamente. O resultado atribuível aos controladores, representou, no 1T20, prejuízo de R\$ 10.296, frente a um lucro de R\$ 2.751 no mesmo período do ano anterior. (R\$ 49.619 no 4T19).

	1T20	4T19	1T19	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	(2.034)	57.374	17.531	-103,5%	-111,6%
<b>Margem Líquida</b>	<b>-0,31%</b>	<b>7,52%</b>	<b>2,77%</b>		
<b>Atribuível aos Controladores</b>	<b>(10.296)</b>	<b>49.619</b>	<b>2.751</b>	<b>-120,8%</b>	<b>-474,3%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação</b>	<b>-0,7142</b>	<b>3,4418</b>	<b>0,1908</b>		

**ENDIVIDAMENTO:**

A Dívida Total apresentou uma redução de R\$ 27.681 (-8,5%) em relação a março de 2019. O decréscimo apurado no período de um ano está ligado principalmente às amortizações superiores às captações.

	31/03/2020	31/03/2019	Δ Acum.
Curto Prazo	152.235	284.151	-46,4%
Longo Prazo	307.453	203.218	51,3%
<b>Dívida Total</b>	<b>459.688</b>	<b>487.369</b>	<b>-5,7%</b>
(-) Caixa Disponível	(388.588)	(180.552)	115,2%
(=) Dívida Líquida	71.100	306.817	-76,8%

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:**

	2020	2021	2022	2023+	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	129.214	138.321	98.005	94.148	459.688

**MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:**

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
<b>Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>288.365</b>	<b>213.810</b>	<b>502.175</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	-	-	-
Encargos Incorridos no Período	5.788	4.145	9.933
Custo de Transação	562	-	562
Encargos Financeiros Pagos	(5.494)	(3.937)	-9.431
Amortizações do Principal	(35.595)	(7.956)	-43.551
Variação Monetária	-	-	-
Deságio	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	<b>253.626</b>	<b>206.062</b>	<b>459.688</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>111.170</b>	<b>41.065</b>	<b>152.235</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>142.456</b>	<b>164.997</b>	<b>307.453</b>

**ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:**

	31/03/2020	31/03/2019
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	459.688	487.369
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(388.588)	(180.552)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>71.100</b>	<b>306.817</b>
Patrimônio Líquido	794.301	552.346
<b>Total do Capital</b>	<b>865.401</b>	<b>859.163</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira Líquida - %</b> (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	<b>8,2%</b>	<b>35,7%</b>

## Notas Explicativas



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

## 31 de março de 2020



## Notas Explicativas

**Companhia Energética de Brasília – CEB**  
**Balancos Patrimoniais** findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	17.887	12.713	388.588	465.338	Fornecedores
Contas a Receber	6	16.613	18.526	576.483	608.867	Obrigações tributárias
Depósitos e Bloqueios Judiciais		111	111	275	121	Contribuição de iluminação pública
Estoques		1.911	705	11.347	10.322	Encargos regulatórios
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	4.989	4.806	41.751	24.040	Debêntures
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	8			431.854	503.161	Empréstimos e financiamentos
Demais Créditos		36.859	43.793	149.133	126.458	Obrigações societárias
Ativos não Circulante Mantido para Venda		641	641	2.228	2.228	Obrigações sociais e trabalhistas
						Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros
						Benefícios pós emprego
<b>Total do Circulante</b>		<b>79.011</b>	<b>81.295</b>	<b>1.601.659</b>	<b>1.740.535</b>	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios
						Demais obrigações
<b>Não Circulante</b>						<b>Total do Circulante</b>
Aplicações Financeiras				11.007	10.886	
Contas a Receber				69.225	64.820	<b>Não Circulante</b>
Empréstimos e Financiamentos		3.025	11.466	3.995	12.436	Obrigações tributárias
Depósitos e Bloqueios Judiciais		5.893	5.893	28.524	28.505	Debêntures
Tributos e Contribuições Compensáveis		26.790	25.229	32.566	31.147	Empréstimos e financiamentos
Ativo Financeiro Indenizável	9			153.344	150.638	Benefícios pós emprego
Demais Créditos				10.986	11.308	Encargos regulatórios
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>35.708</b>	<b>42.588</b>	<b>309.647</b>	<b>309.740</b>	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios
						Obrigações vinculadas a concessão
						Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros
						Demais obrigações
						<b>Total do Não Circulante</b>
Investimentos	10	919.293	908.041	642.409	632.392	<b>Patrimônio Líquido</b>
Imobilizado	11	13.016	13.047	113.344	110.744	Capital social
Intangível	12	2.803	3.034	887.992	893.943	Reserva de lucros
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>970.820</b>	<b>966.710</b>	<b>1.953.392</b>	<b>1.946.819</b>	Ajuste de avaliação patrimonial
						Prejuízos acumulados
						<b>Atribuível aos acionista controlador</b>
						<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>
						<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.049.831</b>	<b>1.048.005</b>	<b>3.555.051</b>	<b>3.687.354</b>	<b>Total do Passivo</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas

**Companhia Energética de Brasília - CEB**  
**Demonstrações do Resultado dos Períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	25.1	<b>15.714</b>	<b>9.082</b>	<b>659.872</b>	Reapresentado
Custo com Energia Elétrica	25.2			(497.987)	(407.209)
Custo de Operação	25.3			(69.545)	(71.310)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	25.3	(13.152)	(8.146)	(14.253)	(9.082)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>2.562</b>	<b>936</b>	<b>78.087</b>	<b>146.270</b>
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>		<b>(14.357)</b>	<b>534</b>	<b>(42.549)</b>	<b>(87.887)</b>
Despesas com Vendas	25.3	737	(1.418)	(28.098)	(62.345)
Despesas Gerais e Administrativas	25.3	(5.736)	(3.628)	(35.918)	(35.800)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(9.358)	5.525	10.018	11.485
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25.4	-	<b>55</b>	<b>11.449</b>	<b>(1.227)</b>
Outras Receitas Operacionais			55	16.826	5.771
Outras Despesas Operacionais				(5.377)	(6.998)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(11.795)</b>	<b>1.470</b>	<b>35.538</b>	<b>58.383</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	25.5	<b>(58)</b>	<b>547</b>	<b>(14.623)</b>	<b>(30.660)</b>
Receitas Financeiras		2.465	572	22.140	12.086
Despesas Financeiras		(2.523)	(25)	(25.411)	(39.302)
Variação Cambial				(11.352)	(3.444)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos</b>		<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>20.915</b>	<b>27.723</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	14	<b>1.557</b>	<b>734</b>	<b>(22.949)</b>	<b>(10.192)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente				(23.666)	(40.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		1.557	734	717	30.774
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>		<b>(10.296)</b>	<b>2.751</b>	<b>(2.034)</b>	<b>17.531</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores				(10.296)	2.751
Atribuído aos Acionistas não Controladores				8.264	14.780
<b>Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação em Reais:</b>	26				
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(0,6801)	0,1817		
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(0,7481)	0,1999		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas**

**Companhia Energética de Brasília - CEB**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

	Nota	<b>Controladora</b>	
		<b>31/03/2020</b>	<b>31/03/2019</b>
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>		<b>(10.296)</b>	<b>2.</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>20.801</b>	<b>(37.000)</b>
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado			
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido			
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido	21	20.801	(37.000)
<b>Resultado Abrangente Total</b>		<b>10.505</b>	<b>(34.000)</b>
<b>Atribuído aos Acionistas Controladores</b>			
<b>Atribuído aos Acionistas Não Controladores</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas**

**Companhia Energética de Brasília - CEB**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores					Lu (Pre Acun
	Capital Social	Reserva de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial/Out ros Resultados	
		Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Reserva de Capital		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	566.025	1.225	-	17.452	2.411	
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias						
Lucro do Período						
Impacto de exercício anteriores em Investida						
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego					(37.452)	
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	566.025	1.225	-	17.452	(35.041)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	566.025	7.120		101.455	109.386	
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias						
Lucro (Prejuízo) do Período						
Impacto de exercício anteriores em Investida						
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego					20.801	
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	566.025	7.120	-	101.455	130.187	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas

**Companhia Energética de Brasília – CEB**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto dos Períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Recebimento de Consumidores	19.702	11.427	1.082.491	1.017.873
Rendimento de Aplicações Financeiras	146	109	3.455	1.119
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	8.926		7.564	
Outros Recebimentos	70	91	9.247	8.573
<b>Recebimentos</b>	<b>28.844</b>	<b>11.627</b>	<b>1.102.757</b>	<b>1.027.565</b>
Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.585)	(10.364)	(60.384)	(39.842)
Fornecedores - Energia Elétrica e Gás			(569.404)	(605.952)
Contribuição de Iluminação Pública			(55.672)	(32.300)
Salários e Encargos Sociais	(5.612)	(4.219)	(66.045)	(67.638)
Pagamentos de Encargos da Dívida	(1.497)		(11.194)	(12.793)
Impostos e Contribuições	(2.917)	(1.886)	(325.649)	(143.346)
Encargos Setoriais			(7.475)	(55.857)
Aporte Operacional			(8.395)	(9.167)
Outros Pagamentos	(399)	(275)	(4.434)	(9.226)
<b>Pagamentos</b>	<b>(26.010)</b>	<b>(16.744)</b>	<b>(1.108.652)</b>	<b>(976.121)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais</b>	<b>2.834</b>	<b>(5.117)</b>	<b>(5.895)</b>	<b>51.444</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(8)	(119)	(8.229)	(7.266)
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento</b>	<b>(8)</b>	<b>(119)</b>	<b>(8.229)</b>	<b>(7.266)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Empréstimos e Financiamentos Recebidos	8.776		455	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(6.428)		(63.081)	(43.230)
Outros		(32)		(65)
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>2.348</b>	<b>(32)</b>	<b>(62.626)</b>	<b>(43.295)</b>
<b>Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente</b>	<b>5.174</b>	<b>(5.268)</b>	<b>(76.750)</b>	<b>883</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	12.713	12.784	465.338	179.669
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	17.887	7.516	388.588	180.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas

**Companhia Energética de Brasília - CEB**  
**Demonstrações do Valor Adicionado dos Períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  
 CNPJ 00.070.698/0001-11

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
<b>Receitas</b>	<b>18.443</b>	<b>8.872</b>	<b>1.001.970</b>	<b>988.275</b>
Venda de Energia e Serviços Prestados	17.706	10.247	1.016.812	1.039.311
Receita de Construção de Ativos Próprios			9.037	6.972
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	737	(1.417)	(36.624)	(59.847)
Receita na Alienação de Ativo Imobilizado			8.359	42
Outras Receitas		42	4.386	1.797
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(15.780)</b>	<b>(8.347)</b>	<b>(592.785)</b>	<b>(509.544)</b>
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(552.741)	(452.757)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(13.152)	(2.491)	(14.253)	(5.673)
Custos de Construção			(9.037)	(6.972)
Serviços de Terceiros	(2.537)	(3.932)	(27.387)	(35.443)
Material	(10)	(1.897)	(3.963)	(2.369)
Provisões/Reversões			(1.651)	(3.080)
Outros	(81)	(27)	16.247	(3.250)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>2.663</b>	<b>525</b>	<b>409.185</b>	<b>478.731</b>
<b>Retenções</b>	<b>(270)</b>	<b>(290)</b>	<b>(14.615)</b>	<b>(14.596)</b>
Depreciação e Amortização	(270)	(290)	(14.615)	(14.596)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>2.393</b>	<b>235</b>	<b>394.570</b>	<b>464.135</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>(6.839)</b>	<b>6.124</b>	<b>22.525</b>	<b>21.090</b>
Receitas Financeiras	1.157	598	10.908	9.213
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.358)	5.526	10.019	11.485
Dividendos Recebidos	1.362		1.598	392
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(4.446)</b>	<b>6.359</b>	<b>417.095</b>	<b>485.225</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>(4.446)</b>	<b>6.359</b>	<b>417.095</b>	<b>485.225</b>
<b>Conselheiros, Diretores e Empregados</b>	<b>2.620</b>	<b>3.730</b>	<b>44.402</b>	<b>45.575</b>
Remunerações	2.490	3.671	35.084	35.609
Encargos Sociais(exceto INSS)	57	33	2.404	2.737
Benefícios	73	26	6.914	7.229
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>706</b>	<b>(157)</b>	<b>343.140</b>	<b>374.244</b>
Federal	351	(362)	161.001	178.050
Estadual e Municipal	355	205	182.139	196.194
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.524</b>	<b>35</b>	<b>31.585</b>	<b>47.875</b>
Aluguéis			6.763	8.646
Despesas Financeiras	2.524	35	24.822	39.229
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(10.296)</b>	<b>2.751</b>	<b>(2.032)</b>	<b>17.531</b>
Participação dos Acionistas Não Controladores			8.264	14.780
Lucros(Prejuízo) Líquidos Retidos	(10.296)	2.751	(10.296)	2.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

### 1.2. IMPACTOS RELACIONADOS AO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2)

O surto do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) tem causado instabilidades à economia mundial e mudanças significativas nos padrões de consumo e nos níveis de produção. Isso tem impacto direto sobre a demanda de energia, pelo menos no curto prazo, do país. Naturalmente, estes efeitos não se dão de forma homogênea sobre a população, variando de acordo com a renda, gênero, vínculo empregatício e natureza do trabalho, além de outros aspectos ligados à urbanização e ao acesso a serviços básicos essenciais.

O país como um todo, em especial a atividade econômica, tende a enfrentar uma grave conjuntura decorrente do avanço da COVID-19, acirrada pelos efeitos externos dos principais mercados, que será mais agravada, no caso brasileiro, pela situação prévia de baixo dinamismo para recuperar os níveis de produção anteriores à recessão de 2015/2016.

No Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal (GDF) decretou a suspensão de grande parte das atividades econômicas no dia 14 de março de 2020, impactando diretamente a economia da cidade, onde, até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, não ocorreu o restabelecimento completo do comércio local, permanecendo em funcionamento apenas atividades definidas pelo GDF.

Diante do processo pandêmico que se avizinhava, a Administração da CEB empreendeu medidas na Companhia e demais empresas do Grupo, como destacamos a seguir.

Face a dimensão da gravidade da pandemia no nível global, em especial no Distrito Federal, a Administração da CEB decidiu pela criação de Grupo de Trabalho para acompanhar diariamente a dinâmica do cenário pandêmico e seus impactos decorrentes, principalmente, daqueles que, direta ou indiretamente, afetam os negócios do Grupo, objetivando minimizar os seus efeitos.

De forma a manter a continuidade operacional de suas atividades, as empresas do Grupo estipularam o regime de teletrabalho para todas as atividades possíveis e implementou escalas de trabalho diferenciadas para redução do quantitativo de funcionários no mesmo ambiente.

Ainda, os funcionários que são necessários em trabalho presencial, mas fazem parte de algum grupo de risco, tiveram suas férias antecipadas.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CEB Distribuição S.A., principal negócio do Grupo e significativamente impactado pelo novo Coronavírus, as suas principais ações, além das citadas anteriormente, foram:

- suspensão de atendimento presencial nos pontos de atendimento;
- criação de grupos de atendimento emergencial;
- decisão de não efetuar cortes de energia por inadimplemento (anterior à determinação prevista na REN/Aneel nº 878/2020, de 24 de março de 2020);
- orientações às empresas terceirizadas, responsável pela atividade de campo, quanto à necessidade do uso de máscara, bem como evitar o contato direto com os clientes/fornecedores;
- leitura pela média dos últimos períodos, para os casos de não permissão, quando a leitura necessitasse ser efetuada no interior da residência;
- aprimoramento e aumento da oferta de serviços no atendimento virtual;
- proibição da realização de horas extras por empregados que estejam em regime de teletrabalho; e
- desenvolvimento de campanha de esclarecimentos aos consumidores, com divulgação de folheto elucidativo/educativo, entregue junto com as faturas de energia elétrica de abril de 2020.

Em razão da pandemia, foram publicados alguns dispositivos legais e, principalmente, regulatórios com impacto direto às atividades das empresas do Grupo.

A Lei nº 13.979/2020, bem como os Decretos nº 10.282/2020 e 20.288/2020, trouxeram as medidas para enfrentamento da crise, esses últimos definindo as atividades consideradas essenciais e que, portanto, não poderão ser suspensas por inadimplemento.

A Resolução Normativa ANEEL nº 878/2020 apresentou as medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição. Em destaque, cita-se o impedimento da suspensão do fornecimento por inadimplementos nas unidades consumidoras residenciais, rurais, naquelas vinculadas a serviços essenciais definidos pelos decretos federais e nas cidades em que houver restrição de funcionamento da rede de arrecadação ou da circulação de pessoas. Essa medida, apesar de alguns pontos benéficos ao caixa da distribuidora, como a suspensão do pagamento das compensações por transgressão de indicadores individuais, tem o condão de promover a escalada da inadimplência verificada pela empresa.

O Despacho ANEEL nº 986/2020, liberou os recursos do fundo de reservas CONER para injetar liquidez nas distribuidoras, sendo aproximadamente R\$ 1,4 bi para essas empresas. O valor liberado para a CEB DIS foi de R\$ 25.493, em 08 de abril de 2020.

A Medida Provisória nº 950/2020 aumentou o desconto para os consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica para 100% até a parcela de 220 kWh de consumo. Embora essa medida contribua para diminuir o valor arrecadado pela distribuidora, esse desconto é integralmente reposto com recursos da CDE e repassados mensalmente com dois meses de defasagem.

Em decorrência da proibição de diversas atividades econômicas e dos impactos à população, a CEB DIS registrou redução de 2,14% no faturamento, com vencimento em março de 2020, comparado ao mês anterior, representando uma diminuição de aproximadamente R\$ 8 milhões. Na arrecadação, a redução foi de 3,13%, equivalente a R\$ 33 milhões.

Levantamento preliminar de abril de 2020 já demonstra resultados mais acentuados, sendo 3,93% de queda no faturamento (R\$ 13 milhões) e 11,62% na arrecadação (R\$ 37 milhões), frente aos valores de março de 2020.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A situação dos covenants financeiros e operacionais está sendo monitorado de forma intensa pela empresa. No tocante aos operacionais, a situação até o momento não interferiu de forma significativa nos resultados, inclusive registrando melhora dos indicadores desse trimestre em relação ao trimestre anterior. Já em relação aos financeiros, o momento de incerteza, quanto aos próximos desdobramentos da situação atual, tornam difíceis as previsões até o fim do ano.

A Distribuidora vem acompanhando diariamente os principais indicadores financeiros, bem como participando ativamente das discussões setoriais de forma que, na elaboração das soluções estruturais que o momento exige, sejam consideradas as cláusulas do contrato de concessão, seja para auxílio direto à empresa, seja para considerações pontuais no cálculo dos covenants.

Além das medidas regulatórias já anunciadas, como a liberação dos recursos da CONER, por exemplo, a empresa também vem buscando aproveitar outras medidas paliativas disponibilizadas pelos governos federal e distrital, bem como renegociações de adicionais e benefícios de seus empregados.

O recolhimento do FGTS foi prorrogado, conforme liberação do Governo Federal, bem como foi postergação do prazo para pagamento da contribuição previdenciária patronal, PIS/PASEP e da COFINS.

Ainda, foi solicitado o parcelamento do ICMS da competência março de 2020, bem como a CEB DIS suprimiu o auxílio transporte, o adicional de revezamento, o adicional noturno e o adicional de periculosidade dos trabalhadores em regime de teletrabalho.

Em relação as empresas geradoras do Grupo, os impactos financeiros ainda não foram significativamente materializados, haja vista o normal cumprimento dos contratos. O mercado já aponta para uma significativa redução no consumo, e um dos prováveis reflexos deverá ser a redução de contratação de carga das distribuidoras, que poderá levar à negociações para redução dos contratos vigentes com as geradoras.

Porém, se houver manutenção deste cenário, a expectativa das distribuidoras e das geradoras é que o governo/agência reguladora crie mecanismos para mitigar os impactos financeiros e permitir às distribuidoras manter os compromissos contratuais assumidos com as geradoras.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não houve nenhuma sinalização de renegociação.

#### **1.3. ESTUDOS E MODELAGEM PARA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.**

A Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora integral da CEB DIS, por meio da 98ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 19 de junho de 2019, deliberou pela elaboração de estudos e modelagem para alienação do controle acionário da Distribuidora, mantendo sob a sua titularidade o mínimo de 49% da participação societária. Para tanto, devem ser adotadas todas as medidas cabíveis, em observância ao ordenamento jurídico e à decisão proferida pelo pleno do Supremo Tribunal Federal nas ADI 5.624 (MC-Ref), MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029.

Em agosto de 2019, a Controladora CEB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES assinaram contrato de estruturação de projeto para o processo de desestatização da CEB DIS. O Banco efetuará a coordenação do projeto de desestatização da Companhia durante todas as fases, que compreendem estudos e modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização do leilão e assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado.

Ainda em 2019, o BNDES realizou processo licitatório, por meio de pregão eletrônico público, para a contratação de consultores, responsáveis pela realização dos estudos de modelagens e propostas de avaliação da Distribuidora.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo utilizado pelo BNDES advém das regras contidas no Programa Nacional de Desestatização (PND), o qual pressupõe 02 (dois) serviços. O serviço “A”, que é um serviço exclusivamente de avaliação, e o serviço “B”, que é composto pela avaliação e mais as diligências técnicas, econômicas e jurídicas (due diligence) que avaliam a empresa sob a ótica de seus ativos regulatórios, fluxo de caixa, passivos, riscos regulatórios e jurídicos.

O processo seletivo conduzido pelo BNDES foi dividido em dois itens e contou com a participação de 12 empresas, entre consultorias nacionais e multinacionais. Ao final do certame, sagraram-se vencedores: a) para os serviços “A”, o Consórcio BR/LMDM Power, formado pelas empresas BR Partners Assessoria Financeira LTDA e LMDM Consultoria LTDA; e b) para o serviço “B”, o Consórcio Nova CEB, liderado pelo Banco Plural S/A e composto pela Sociedade de advogados Almeida, Rotemberg e Boscoli, e a consultoria Thymos Energia, Engenharia e Consultoria LTDA.

O início dos trabalhos se deu em janeiro de 2020 e a apresentação dos resultados à Controladora CEB está prevista para o final de maio de 2020, ocasião em que, com base nesta avaliação, será submetida aos acionistas a estruturação da modelagem (valuation) e preço mínimo atribuído à CEB DIS.

#### 1.4. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400 que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, cuja defesa está a cargo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, está em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal protocolou Embargos de Declaração, requerendo, dentre outros pedidos, sustar os efeitos da decisão que determinou a penhora.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Até a emissão destas demonstrações, não ocorreram movimentações relevantes sobre o processo em questão.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 31 de março de 2020 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2020.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 28 de maio de 2020, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

#### **2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2019 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de três meses, findo em 31 de março de 2020.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/03/2020	31/12/2019	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
5	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
6	6	CONTAS A RECEBER
7	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
8	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
9	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
10	14	INVESTIMENTOS
11	15	IMOBILIZADO
12	16	INTANGÍVEL
13	17	FORNECEDORES
14	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
15	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
16	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
17	21	DEBÊNTURES
18	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
20	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
21	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
22	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
23	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
24	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
26	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
27	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
28	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
29	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
30	36	EVENTOS SUBSEQUENTES

### 2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

	Atividade	Participação acionária %	
		31/03/2020	31/12/2019
<b>Participações diretas</b>			
<b>Em Controladas</b>			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00	100,00
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasileira de Gás (CEB Gás)	Gás	17,00	17,00
<b>Em Controlada em Conjunto</b>			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
<b>Em Coligada</b>			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	32,14	32,14
<b>Participações indiretas</b>			
<b>Em Coligada</b>			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
<b>Outras Participações</b>			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

##### 2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. (“Distribuidora” ou “CEB DIS”)

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB DIS é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

##### Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL (4º. Termo Aditivo)

Em 9 de dezembro de 2015, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, que prorrogou a Concessão dos Serviços Públicos de Energia Elétrica da Companhia para 7 de julho de 2045.

Por esse instrumento, a data do Reajuste Tarifário anual da CEB DIS foi alterada de 26 de agosto para 22 de outubro e a Revisão Tarifária Ordinária passou a ocorrer com intervalo quinquenal.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estabelece, entre outros, indicadores de sustentabilidade, com critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais a Companhia deve ser avaliada e que atuam como condicionantes para a manutenção da titularidade da concessão, conforme demonstramos abaixo:

#### (i) Monitoramento das condições restritivas econômico-financeiras (*Covenants*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a CEB DIS constatou o atendimento dos *covenants* econômico-financeiros, consoante parâmetros exigidos no referido Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL.

No caso de descumprimento dos *covenants* estabelecidos no referido Contrato de Concessão, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano (2020), é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

No primeiro trimestre de 2020, com base na avaliação dos indicadores anualizados (12 meses), a Companhia sustentou a manutenção dos *Covenants* econômico-financeiros, de acordo com os parâmetros regulatórios determinados, restando avaliação do Órgão Regulador.

#### (ii) Monitoramento das condições restritivas operacionais (*Covenants*)

A avaliação dessa condição na CEB DIS para o ano de 2019, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.3.1.3.2 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de 8,85 horas para o DECI e 7,25 para o FECi, estando, portanto, superiores aos limites contratuais.

No primeiro trimestre de 2020, o DECI e o FECi atingiram 8,60 e 7,59 horas, respectivamente, permanecendo superiores aos parâmetros regulatórios, restando avaliação do Órgão Regulador.

Segue abaixo a tabela de avaliação dos indicadores operacionais:

Mês/Ano	DECI	DECI Acum.	Lim. Concessão	FECi	FECi Acum.	Lim. Concessão
mar/20	0,56734	8,60	7,90	0,47758	7,59	6,03

#### Informações sobre aspectos relacionados às Parcelas A e B

Conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.4 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a CEB DIS operou seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) superiores à estrutura tarifária vigente.

No entanto, a Administração vem atuando na busca por alternativas de sustentabilidade econômico-financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1.4.7 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro trimestre de 2020, as principais variações dos custos e despesas incorridas, superiores ou inferiores ao percebido na tarifa, estão demonstradas no quadro a seguir:

Ganhos/Perdas - Superiores/Inferiores ao Nível Regulatório		
Principais Efeitos	31/03/2020	31/12/2019
Rede Básica		(14,3)
Perdas de Energia Elétrica (a)	(16,9)	(41,6)
Acordos Bilaterais		24,0
Sobrecontratação >105% (b)	(5,6)	36,7
PMSO	4,4	(41,6)
Contingências	(1,7)	(14,1)
PECLD	(12,5)	(30,4)
Resultado Financeiro	(3,0)	(12,2)
<b>Perdas Totais</b>	<b>(35,3)</b>	<b>(93,5)</b>

#### a) Perdas de energia elétrica

Na Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorrida em outubro de 2016, a ANEEL estabeleceu os percentuais de Perdas Técnicas na Distribuição de 7,46% sobre a Energia Injetada e de 7,05% para Perdas Não Técnicas na Distribuição sobre o Mercado de Baixa Tensão – BT, equivalente a 3,84% da Energia Injetada à época.

Esses são os percentuais considerados e reconhecidos pela ANEEL para a aquisição de energia e repasse do custo ao consumidor nos processos tarifários até a próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorrerá em outubro de 2021.

A CEB DIS apurou no primeiro trimestre de 2020 o percentual de 13,62% (13,41% 1T2019) de Perdas Totais na Distribuição (Técnicas e Não Técnicas sobre Energia Injetada), 14,14% no acumulado de 2019, enquanto o nível de perdas regulatórias é de 11,09%. O custo adicional das perdas no primeiro trimestre de 2020 impactou a compra de energia elétrica em R\$ 16,98 milhões, contra R\$ 41,6 milhões no acumulado de 2019, sem a possibilidade de repasse ao consumidor, impactando negativamente o Resultado antes da Parcela B.

#### b) Sobrecontratação >105%

No primeiro trimestre de 2020, as sobras de energia elétrica atingiram o nível de 7,44% no período, com 2,44 p.p acima da condição regulatória. O nível das sobras de energia elétrica reflete, ainda, a participação da CEB DIS no Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits – MCSO e no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

A Companhia vem registrando contabilmente de forma prudencial os valores de ajustes da sobrecontratação, considerando o patamar de 105%, para devolução/recebimento do consumidor, e os valores acima de 105%, considerado como risco da Distribuidora, respeitando o efeito no Resultado de acordo com o princípio da Competência.

Nessa ótica, considerando o efeito acima dos 105% (de 2,44 p.p), incluindo os efeitos do MVE, bem como a queda do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD a patamares inferiores ao Preço Médio da Compra de Energia Elétrica, a CEB DIS apurou no primeiro trimestre de 2020 uma perda de R\$ 5,6 milhões, refletindo negativamente o Resultado antes da Parcela B da Companhia.

#### Operação Apate deflagrada pela PCDF e MPDFT

No dia 31 de outubro de 2019, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Gaeco/MPDFT), bem como a Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública (Cecor) da Polícia Civil do

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Distrito Federal–PCDF deflagraram a Operação Apate, que apura a suposta prática de furto de energia e fraude no medidor, com prejuízos à CEB DIS.

Ressalta-se que, no momento, as investigações estão restritas à suposta participação de terceirizados, ex-empregados e empregados da Companhia. Após segunda fase da Operação Apate, processos disciplinares no âmbito da CEB-D já foram instaurados e, nos casos em que for comprovado o efetivo envolvimento de empregados, serão aplicadas as penalidades cabíveis. Ademais, foi instaurada comissão para apurar as fraudes e quantificar os danos, com fulcro na Lei nº 12.846/2013 e Decreto Distrital 37.296/2016.

O montante desviado pelos suspeitos ainda não foi apurado, tendo em vista que a investigação está em andamento e sob sigilo, conforme art.20 do Decreto Lei Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

A Administração da CEB DIS está colaborando com as investigações e reitera o compromisso com a redução da inadimplência e no combate às perdas, seja por furto ou fraude, que tanto lesam o consumidor, além de prejudicar sua imagem empresarial e dos demais empregados que desempenham as suas atividades funcionais com honestidade e responsabilidade.

Ante o exposto, a Administração da Companhia revisará seus Controles Internos, bem como sua análise de Gestão de Riscos, na busca por mitigar novas ocorrências de irregularidades e fraudes envolvendo a CEB DIS. De igual modo, foi instaurado processo para fins de eventual contratação de empresa especializada em investigação forense.

#### **2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobras rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3. RECLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

A Companhia realizou a reclassificação de saldos na Demonstração do Resultado do Consolidado referente ao período findo em 31 de março de 2019, relativa exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, em atenção à característica qualitativa de melhoria da “Comparabilidade”, visando identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. A reclassificação envolveu os grupos de Receita Operacional Líquida e Outras Receitas (Despesas) Operacionais, conforme apresentado abaixo:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Período de três meses findo em:</b>		
	<b>31/03/2019 Apresentado</b>	<b>Reclassificação exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS</b>	<b>31/03/2019 Reapresentado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>645.513</b>	<b>(11.642)</b>	<b>633.871</b>
Custo com Energia Elétrica	(407.209)		(407.209)
Custo de Operação	(71.310)		(71.310)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(9.082)		(9.082)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>157.912</b>	<b>(11.642)</b>	<b>146.270</b>
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>	<b>(99.529)</b>	<b>11.642</b>	<b>(87.887)</b>
Despesas com Vendas	(62.345)		(62.345)
Despesas Gerais e Administrativas	(35.800)		(35.800)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.485		11.485
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<b>(12.869)</b>	<b>11.642</b>	<b>(1.227)</b>
Outras Receitas Operacionais	5.771		5.771
Outras Despesas Operacionais	(18.640)	11.642	(6.998)
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>58.383</b>	<b>-</b>	<b>58.383</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(30.660)</b>	<b>-</b>	<b>(30.660)</b>
Receitas Financeiras	12.086		12.086
Despesas Financeiras	(39.302)		(39.302)
Variação Cambial	(3.444)		(3.444)
<b>Lucro Operacional antes dos Tributos</b>	<b>27.723</b>	<b>-</b>	<b>27.723</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(10.192)</b>	<b>-</b>	<b>(10.192)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(40.966)		(40.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	30.774		30.774
<b>Lucro do Período</b>	<b>17.531</b>	<b>-</b>	<b>17.531</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

##### 4.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	31/03/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	97	97	114.032	114.032
Contas a Receber	Custo Amortizado	16.613	16.613	576.483	576.483
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			431.854	431.854
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			11.007	11.007
Aplicações Financeiras	Valor Justo	17.790	17.790	274.556	274.556
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			153.344	153.344
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	9.526	9.526	218.435	218.435
Debêntures	Custo Amortizado			206.062	206.062
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	109.988	109.988	253.626	253.626
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	33.818	33.818	48.733	48.733
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			579.650	579.650
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			144.506	144.506
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			1.004	1.004

	Avaliação	31/12/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e Bancos	Valor Justo	27	27	69.222	69.222
Contas a Receber	Custo Amortizado	18.526	18.526	608.867	608.867
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			503.161	503.161
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.886	10.886
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.686	12.686	396.116	396.116
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			150.638	150.638
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	10.660	10.660	196.454	196.454
Debêntures	Custo Amortizado			213.810	213.810
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			288.365	288.365
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	33.818	33.818	47.062	47.062
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			601.296	601.296
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			152.127	152.127
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			1.103	1.103

##### 4.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### 4.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB DIS, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 31 de março de 2020, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 154.739 (R\$ 151.868 em 31 de dezembro de 2019). Desse montante, 37,5% (38,1% em 31 de dezembro de 2019) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negatização de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

#### 4.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A CEB DIS tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e com recursos excedentes gerados pelas empresas controladas e coligadas do Grupo. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração daquela empresa tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, visando equilibrar o efeito financeiro da recomposição dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a incompatibilidade da estrutura tarifária vigente contra seus custos de Parcela A e Parcela B sem reconhecimento tarifário.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pelo equilíbrio econômico-financeiro, em atendimento as metas regulatórias, previstas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, com alternativas para o saneamento e sustentabilidade da Distribuidora.

Assim, as Demonstrações Financeiras daquela Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária.

#### 4.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2020, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 3,25% e 4,63%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 27 de março de 2020 (Mediana - Top 5 Curto Prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 2,44% a.a. para o quarto trimestre de 2020, conforme relatório do ITAÚ BBA de abril de 2020. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 31 de março de 2021. Também se espera que a taxa de 4,01% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

#### Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 31/03/2020	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
427.055	Alta do CDI		3,25%	4,06%	4,88%
		Balanço	440.934	444.404	447.874
		Resultado	(13.879)	(17.349)	(20.819)
26.065	Alta do TLP		2,44%	3,05%	3,66%
		Balanço	26.701	26.860	27.019
		Resultado	(636)	(795)	(954)
144	Alta do IGPM		4,63%	5,79%	6,95%
		Balanço	151	152	154
		Resultado	(7)	(8)	(10)
2.876	Alta do UMBNDES		4,01%	5,01%	6,02%
		Balanço	2.991	3.020	3.049
		Resultado	(115)	(144)	(173)
<b>Total Balanço</b>			<b>470.777</b>	<b>474.437</b>	<b>478.096</b>
<b>Total Resultado</b>			<b>(14.637)</b>	<b>(18.297)</b>	<b>(21.956)</b>

#### 4.1.5 RISCO CAMBIAL

No encerramento do trimestre, o total da dívida em dólar que a Distribuidora possuía era de US\$ 13

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

milhões, equivalente a R\$ 62.124 (na data de fechamento das demonstrações), relativa à compra de energia elétrica de Itaipu Binacional (faturamento mensal). Neste caso, nesta data base, não haviam mais riscos significativos envolvidos.

#### 4.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) as consequências da crise hídrica, que apesar de estarem aparentemente superadas para este exercício, ainda repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A.; e (ii) acompanhamento dos impactos do novo Coronavírus.

#### 4.1.7 RISCO REGULATÓRIO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL estabelece, entre outros, parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos, bem como condições para prorrogação do contrato de concessão.

No exercício de 2018, a CEB DIS apresentou seu LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR, o que não ocorreu no exercício seguinte.

Caso haja descumprimento de qualquer meta, prevista no citado Aditivo, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A Administração acompanha a evolução dos índices tratados no quarto termo aditivo de forma particular haja vista o risco envolvido.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigatoriedade de destinação de 1% da Receita Operacional Líquida aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Dessa forma, à luz da Lei nº 9.991/2000, a concessionária que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), obrigações com P&D e ou PEE, está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4.1.8 RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDAS

A CEB Distribuição S.A. possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

#### 4.1.9 RISCO DE SUB/SOBRECONTRATAÇÃO

Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a CEB DIS e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Distribuidora pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada.

No primeiro caso, a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessionária. No segundo caso, além da CEB DIS ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

#### 4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira (Consolidado)	31/03/2020	31/12/2019
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17)	459.688	502.175
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(388.588)	(465.338)
<b>Dívida líquida</b>	<b>71.100</b>	<b>36.837</b>
Total do Patrimônio Líquido	794.301	783.986
<b>Total do Capital</b>	<b>865.401</b>	<b>820.823</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira - %</b>	<b>8,21</b>	<b>4,49</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos Conta Movimento	97	27	114.032	69.222
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	17.790	12.686	274.556	396.116
<b>Total</b>	<b>17.887</b>	<b>12.713</b>	<b>388.588</b>	<b>465.338</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, conforme determinação legal. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração de 98% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

#### 6. CONTAS A RECEBER

##### 6.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			624.342	647.834
Títulos de Créditos a Receber			121.137	120.306
Serviços Prestados a Terceiros	28.187	30.837	54.968	57.415
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>28.187</b>	<b>30.837</b>	<b>800.447</b>	<b>825.555</b>
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.574)	(12.311)	(154.739)	(151.868)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>16.613</b>	<b>18.526</b>	<b>645.708</b>	<b>673.687</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.613</b>	<b>18.526</b>	<b>576.483</b>	<b>608.867</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>69.225</b>	<b>64.820</b>

A CEB Distribuição S.A. vem adotando ações de cobrança na busca de redução da inadimplência por meio de reavisos, telemarketing ativo, negativação SERASA, protesto, parceria CEB DIS/ TJDFT-CEJUSC através do Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2017 e suspensões de fornecimentos de energia elétrica.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/03/2020	Total 31/12/2019
<b>Classes de Consumidor</b>						
Residencial	80.204	101.586	32.785	10.731	225.306	221.069
Industrial	3.553	3.938	1.250	1.698	10.439	9.972
Comércio, Serviços e Outros	53.737	39.205	9.183	24.285	126.410	124.471
Rural	3.415	2.466	1.612	862	8.355	8.876
Poder Público	29.145	9.901	951	22.038	62.035	53.621
Iluminação Pública	12.967	13.952		24.483	51.402	52.676
Serviço Público	13.430	2			13.432	14.687
<b>Subtotal Consumidores</b>	<b>196.451</b>	<b>171.050</b>	<b>45.781</b>	<b>84.097</b>	<b>497.379</b>	<b>485.372</b>
Serviço Taxado	1.660				1.660	1.462
Concessionárias e Permissionárias	704				704	1.227
Serviços prestado a terceiros	34.677	8.717	674	10.899	54.967	57.415
Contribuição do consumidor	1.133				1.133	1.227
Fornecimento Não Faturado	153.762				153.762	165.288
Parcelamentos a Faturar CP e LP	92.611				92.611	95.904
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	28.311				28.311	29.173
Arrecadação a Classificar	(35.563)				(35.563)	(16.451)
Outros	5.483				5.483	4.938
<b>TOTAL</b>	<b>479.229</b>	<b>179.767</b>	<b>46.455</b>	<b>94.996</b>	<b>800.447</b>	<b>825.555</b>
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa		(13.288)	(46.455)	(108.834)	(154.739)	(151.868)
<b>Contas a Receber Líquido</b>	<b>479.229</b>	<b>166.479</b>			<b>645.708</b>	<b>673.687</b>

#### 6.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Para a Controladora foram considerados débitos vencidos a mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da PECLD, o incremento das faturas de clientes com histórico de inadimplemento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1.2, os impactos relacionados ao novo Coronavírus tem causado instabilidades à economia e mudanças significativas nos padrões de consumo do Distrito Federal, no entanto, para fins de PECLD, a administração da CEB DIS entende que o critério utilizado para precificação das perdas de créditos esperados reflete, em todos seus aspectos relevantes, a posição econômica da Companhia no período de reporte, haja vista a postura conservadora da CEB DIS em precificar a estimativa de perdas esperadas com base no potencial de suspensão de energia elétrica de seus clientes inadimplentes. A Resolução nº 878/20 da ANEEL determinou a suspensão do corte pelas concessionárias para clientes residenciais e serviços essenciais, porém a expectativa é que essa variável alcance limitado impacto nas análises das perdas esperadas, uma vez que a Companhia voltará a ter possibilidade de corte de energia após vigência da referida Resolução. Por outro lado, a CEB DIS conta com fatores atenuantes diante das medidas de auxílio a consumidores de baixa renda. Por fim, a Distribuidora manterá a supervisão constante quanto aos impactos da COVID-19 na curva de inadimplência da Companhia.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<b>Poder Público</b> - Vencidos há mais de 90 dias	(11.574)	(12.311)	(20.594)	(30.935)
<b>Iluminação Pública</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(24.640)	(24.640)
<b>Residencial</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(53.666)	(46.635)
<b>Comercial</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(52.006)	(46.401)
<b>Serviço Público</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(728)	(728)
<b>Industrial</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(1.379)	(1.240)
<b>Rural</b> - Vencidos há mais de 90 dias			(1.726)	(1.289)
<b>Total</b>	<b>(11.574)</b>	<b>(12.311)</b>	<b>(154.739)</b>	<b>(151.868)</b>

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(12.311)</b>	<b>(151.868)</b>
Adições	(294)	(34.829)
Baixa Para Perda - Lei 9.430/96		24.573
Reversões	1.031	7.385
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>(11.574)</b>	<b>(154.739)</b>

#### 6.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 31 de março de 2020, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 58.013, dos quais, R\$ 46.439 no âmbito da CEB DIS referentes a consumo de energia, e R\$ 11.574 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, líquidos de provisão, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 74.452, em 31 de março de 2020 (R\$ 75.053 em 31 de dezembro de 2019), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e expansão de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Saldos Vincendos	7.896	12.937	43.330	51.915
Vencidos até 90 dias	8.717	5.589	31.122	23.138
Vencidos de 91 a 360 dias	675	2.292	1.754	2.525
Vencidos há mais de 360 dias	10.899	10.019	56.259	55.312
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.574)	(12.311)	(58.013)	(57.837)
<b>Total</b>	<b>16.613</b>	<b>18.526</b>	<b>74.452</b>	<b>75.053</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	19.335	18.864	38.184	25.497
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	7.600	7.184	17.709	12.720
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.129	2.448	3.180	2.459
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (b)			9.084	9.272
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	86	54	1.144	608
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	532	484	3.286	3.144
Programa de Integração Social - PIS	405	399	995	842
Outros	692	602	735	645
<b>Total</b>	<b>31.779</b>	<b>30.035</b>	<b>74.317</b>	<b>55.187</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.989</b>	<b>4.806</b>	<b>41.751</b>	<b>24.040</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>26.790</b>	<b>25.229</b>	<b>32.566</b>	<b>31.147</b>

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB DIS são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

#### 7.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

##### 7.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 26.105, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR - CONTROLADORA			
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	76.779	C	26.105
TOTAL DA BASE DE APURAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO			76.779
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/03/2020 (34%)			26.105
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2019			25.229

Na perspectiva da Administração, norteadada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Diferenças Temporárias	3.969	4.219	143.922	120.748
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			122.200	122.200
<b>Total</b>	<b>3.969</b>	<b>4.219</b>	<b>266.122</b>	<b>242.948</b>

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

#### 8. VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a Parcela A representada pelos custos não-gerenciáveis da Companhia (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda); e a “Parcela B”, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, bem como as despesas de capital).

No Reajuste Tarifário Anual, a “Parcela A” é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é atualizada, basicamente, pela variação de mercado de referência (IPCA – Fator X), com a dedução de Outras Receitas (OR) e da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo (UD/ER), que são oferecidos à modicidade tarifária para o consumidor.

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais são decorrentes dos efeitos positivos e negativos em relação aos custos não gerenciáveis (Parcela A), originados pela diferença entre os custos previstos nos reajustes tarifários anuais reconhecidos pela ANEEL em relação aos custos efetivamente incorridos, que são constituídos e atualizados ao longo do ciclo tarifário (constituição/atualização).

Quando os custos incorridos são maiores que os custos previstos, a agência reguladora reconhece um direito da Companhia a ser ressarcido por meio da tarifa do consumidor no ciclo seguinte (período de amortização). De outro modo, quando os custos realizados são menores que os custos previstos se reconhece uma obrigação da distribuidora de devolução na tarifa do consumidor.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses valores são homologados pela Agência Reguladora de Energia Elétrica e repassados anualmente nas tarifas de fornecimento como item financeiro por meio dos Reajustes Tarifários ou Revisões Tarifárias.

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2020
<b>CVA Ativa</b>	<b>256.963</b>	<b>70.994</b>	<b>(65.018)</b>	<b>3.169</b>	<b>266.108</b>
Aquisição de Energia - (CVA energia)	220.280	51.476	(59.308)	2.379	214.827
Energia Adquirida - Proinfa	4.136		(1.277)		2.859
Transporte Rede Básica	12.182	2.543		233	14.958
Transporte de Energia - Itaipu	4.423	779	(971)	38	4.269
Encargo Serviço Sistema - ESS	492		(152)		340
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15.450	16.196	(3.310)	519	28.855
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>246.198</b>	<b>(37.420)</b>	<b>(43.065)</b>	<b>33</b>	<b>165.746</b>
Neutralidade da Parcela A	2.664		(822)		1.842
Sobrecontratação de Energia	51.475	974		33	52.482
Risco Hidrológico	117.190		(36.166)		81.024
Competência	55.176	(38.394)			16.782
Acordo Bilateral	19.527		(6.026)		13.501
Outros	166		(51)		115
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>503.161</b>	<b>33.574</b>	<b>(108.083)</b>	<b>3.202</b>	<b>431.854</b>
<b>Circulante</b>	<b>503.161</b>	<b>33.574</b>	<b>(108.083)</b>	<b>3.202</b>	<b>431.854</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2020
<b>CVA Passiva</b>	<b>(116.022)</b>	<b>(17.628)</b>	<b>18.166</b>	<b>(1.302)</b>	<b>(116.786)</b>
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(1.799)		555		(1.244)
Energia Adquirida - PROINFA	(861)	(2.504)	2	(78)	(3.441)
Transporte Rede Básica	(1.406)		434		(972)
Transporte de Energia - Itaipu	(22)		7		(15)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(69.886)	(15.124)	17.005	(632)	(68.637)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(42.048)		163	(592)	(42.477)
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(485.274)</b>	<b>480</b>	<b>32.085</b>	<b>(10.155)</b>	<b>(462.864)</b>
Neutralidade da Parcela A	(21.427)	5.000		18	(16.409)
Sobrecontratação de Energia	(121.637)	12	4.225	(6.553)	(123.953)
Devoluções Tarifárias UD/ER	(39.351)	(4.532)	4.613	(256)	(39.526)
Risco Hidrológico	(219.369)		23.247	(2.533)	(198.655)
Superavit Baixa Renda	(83.490)			(831)	(84.321)
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(601.296)</b>	<b>(17.148)</b>	<b>50.251</b>	<b>(11.457)</b>	<b>(579.650)</b>
<b>Circulante</b>	<b>(499.097)</b>	<b>(17.148)</b>	<b>50.251</b>	<b>(10.416)</b>	<b>(476.410)</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>(102.199)</b>			<b>(1.041)</b>	<b>(103.240)</b>

#### 8.1 SUPERÁVIT BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB DIS, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato de o valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade–SFE, orientando a CEB DIS que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB DIS, que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic, até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas, sendo a primeira capturada no referido reajuste, no montante de R\$ 24.408, e as demais diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superávit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB DIS, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Contudo, em 21 de outubro 2019, foi proferida sentença desfavorável ao pleito da distribuidora, e antes mesmo da publicação, foram opostos embargos de declaração perseguindo o esclarecimento da obscuridade, da contradição e da omissão existentes nessa decisão, com efeitos infringentes (modificativos). Ato contínuo, os autos foram disponibilizados para a ANEEL se manifestar em contrarrazões quanto ao recurso aviado, para, então, o Magistrado decidir de forma derradeira.

Nos Reajustes Tarifários Anuais (RTA) de 2018 e 2019, em razão da liminar, a CEB DIS solicitou a reversão dos valores capturados no RTA de 2017, além da não inclusão de valores no processo tarifário em questão. Conforme NT nº 222/2018-SGT/ANEEL e NT nº 181/2019-SGT/ANEEL, a Agência Reguladora acatou a decisão de não incluir nenhuma parcela do financeiro de baixa renda, no entanto, não reverteu os valores capturados de 2017.

#### 9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A concessionária possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo, ainda, com o Pronunciamento Técnico CPC 48, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB DIS entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2020, não há saldo registrado em Outros Resultados Abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de nove meses, mostrada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.450
Adições	548
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	5.640
Saldos em 31 de dezembro de 2019	150.638
Adições	216
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	2.490
Saldos em 31 de março de 2020	153.344

## 10. INVESTIMENTOS

### 10.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Avaliados por Equivalência Patrimonial	917.560	906.307	366.395	356.377
Propriedade Para Investimento			274.400	274.400
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	1.524	1.524	1.405	1.405
Outros	209	210	209	210
<b>Total</b>	<b>919.293</b>	<b>908.041</b>	<b>642.409</b>	<b>632.392</b>

### 10.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2020	31/12/2019
CEB Distribuição S.A.	883.998	577.548	100,00	100,00	883.997.830	577.548	587.873
CEB Lajeado S.A.	308.565	323.609	59,93	59,93	82.013.911	100.907	92.494
Corumbá Concessões S.A.	280.014	338.438	32,14	21,65	78.199.051 - ON 203.199.943 - PN	108.511	102.844
Energética Corumbá III S.A.	121.586	178.009	37,50	25,00	45.594.783	66.723	64.736
CEB Participações S.A.	21.270	36.956	100,00	100,00	21.270.415	36.956	32.789
CEB Geração S.A.	7.575	26.910	100,00	100,00	7.575.212	26.910	25.558
Companhia Brasileira de Gás S.A.	5.721	695	17,00	51,00	30.600	5	13
<b>Total</b>						<b>917.560</b>	<b>906.307</b>

## Notas Explicativas



### **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## Notas Explicativas



## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2020	31/12/2019
Corumbá Concessões S.A.	280.014	338.438	33,65	29,06	78.199.051 - ON 203.199.943 - PN	113.646	107.712
Investco S.A.	6.868	930.130	20,00	20,00	133.563.595	186.026	183.929
Energética Corumbá III S.A.	121.586	178.009	37,50	25,00	45.594.783	66.723	64.736
<b>Total</b>						<b>366.395</b>	<b>356.377</b>

## 10.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/03/2020			31/12/2019		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.830.361	2.252.814	636.881	2.966.303	2.774.268	2.456.208
Corumbá Concessões S.A.	646.477	308.039	44.643	649.209	451.656	165.750
CEB Lajeado S.A.	365.808	42.199	38.420	364.521	45.361	171.589
Energética Corumbá III S.A.	230.046	58.037	10.303	234.254	60.068	45.491
CEB Participações S.A.	47.078	10.126	5.235	42.913	7.070	15.664
CEB Geração S.A.	32.707	5.797	3.648	32.783	38.682	18.306
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.190	495	1.171	1.149	646	280

## 10.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>414.801</b>	<b>78.199</b>	<b>87.831</b>	<b>62.593</b>	<b>31.592</b>	<b>51.880</b>	<b>59</b>	<b>726.955</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	41.892	38.370	6.564	7.592	15.601	9.295	(58)	119.256
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	173.087		8.903				12	182.002
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(41.907)	(25)	544					(41.388)
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas			(108)		(51)			(159)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(24.050)	(890)	(5.449)	(14.353)	(35.617)		(80.359)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>587.873</b>	<b>92.494</b>	<b>102.844</b>	<b>64.736</b>	<b>32.789</b>	<b>25.558</b>	<b>13</b>	<b>906.307</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(30.935)	8.413	5.667	1.986	4.167	1.352	(8)	(9.358)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	20.610							20.610
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>577.548</b>	<b>100.907</b>	<b>108.511</b>	<b>66.723</b>	<b>36.956</b>	<b>26.910</b>	<b>5</b>	<b>917.560</b>

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>179.176</b>	<b>92.389</b>	<b>62.593</b>	<b>334.158</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.415	6.952	7.592	28.959
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC		8.903		8.903
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas		544		544
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas		(138)		(138)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(9.662)	(938)	(5.449)	(16.049)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>183.929</b>	<b>107.712</b>	<b>64.736</b>	<b>356.377</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.099	5.935	1.986	10.020
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>186.028</b>	<b>113.647</b>	<b>66.722</b>	<b>366.397</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 223.273, dos quais, R\$ 222.703 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 570 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

## 11. IMOBILIZADO

### 11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	31/03/2020
<b>Imobilizado em Serviços</b>	<b>14.284</b>	<b>8</b>			<b>14.292</b>
Terrenos	11.036				11.036
Edificações	2.464				2.464
Máquinas e Equipamentos	412				412
Equipamento de Informática	127	8			135
Móveis e Utensílios	245				245
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(1.237)</b>	<b>(39)</b>			<b>(1.276)</b>
Edificações	(741)	(24)			(765)
Máquinas e Equipamentos	(227)	(8)			(235)
Equipamento de Informática	(30)	(6)			(36)
Móveis e Utensílios	(239)	(1)			(240)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>13.047</b>	<b>(31)</b>			<b>13.016</b>

	Consolidado				
	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	31/03/2020
<b>Imobilizado em Serviços</b>	<b>133.428</b>	<b>14</b>		<b>18</b>	<b>133.460</b>
Terrenos	14.469				14.469
Reservatórios, Barragens e Adutoras	14.942				14.942
Edificações	21.592				21.592
Máquinas e Equipamentos	46.320	6			46.326
Veículos	26.608				26.608
Móveis e Utensílios	9.317			18	9.335
Outros	174	8			182
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>52.959</b>	<b>19.279</b>		<b>(15.086)</b>	<b>48.977</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(75.643)</b>	<b>(1.116)</b>			<b>(76.759)</b>
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(5.086)	(79)			(5.165)
Edificações	(10.218)	(140)			(10.358)
Máquinas e Equipamentos	(33.497)	(642)			(34.139)
Veículos	(20.570)	(142)			(20.712)
Móveis e Utensílios	(6.147)	(107)			(6.254)
Outros	(125)	(6)			(131)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>110.744</b>	<b>17.668</b>		<b>(15.068)</b>	<b>113.344</b>

O valor de R\$ 15.086 refere-se a material transferido para o o ativo imobilizado em serviço R\$ 18, material requisitado para o ativo intangível em curso R\$ 13.912 e o restante R\$ 1.156 saída de material para reparo.

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 12. INTANGÍVEL

### 12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					31/03/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Intangíveis - <i>Software</i>	4.618	88				4.706
<b>Total</b>	<b>4.618</b>	<b>88</b>				<b>4.706</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Intangíveis - <i>Software</i>	(1.584)	(319)				(1.903)
<b>Total</b>	<b>(1.584)</b>	<b>(319)</b>				<b>(1.903)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>3.034</b>					<b>3.2.803</b>

	Consolidado					31/03/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
<b>Direito de uso da concessão</b>						
Em serviço	1.177.302			2.627		1.179.929
Em curso	81.233	9.037		(2.843)	(731)	86.696
<b>Outros Intangíveis</b>						
Em serviço	105.651	88	(24)			105.715
Em curso	1.930	770				2.700
<b>Direito de Exploração da Concessão</b>	<b>158.946</b>					<b>158.946</b>
<b>Total</b>	<b>1.525.062</b>	<b>9.895</b>	<b>(24)</b>	<b>(216)</b>	<b>(731)</b>	<b>1.533.986</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
<b>Direito de uso da concessão</b>						
Em serviço	(460.013)	(10.540)				(470.553)
<b>Outros Intangíveis</b>						
Em serviço	(88.689)	(2.863)				(91.552)
<b>Direito de Exploração da Concessão</b>	<b>(82.417)</b>	<b>(1.472)</b>				<b>(83.889)</b>
<b>Total</b>	<b>(631.119)</b>	<b>(14.875)</b>				<b>(645.994)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>893.943</b>					<b>887.992</b>

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

Os saldos podem ser assim apresentados:

	31/03/2020	31/12/2019
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(83.888)	(82.417)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>75.058</b>	<b>76.529</b>

#### 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia Elétrica			153.353	120.676
Materiais e Serviços	9.526	10.660	26.500	36.242
Encargos de Uso de Rede Elétrica			38.369	39.198
Fornecedores de Gás			213	338
<b>Total</b>	<b>9.526</b>	<b>10.660</b>	<b>218.435</b>	<b>196.454</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.526</b>	<b>10.660</b>	<b>218.435</b>	<b>196.454</b>

A rubrica Suprimento de Energia Elétrica é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

#### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

##### 14.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.230	99.904	165.712	170.555
Outros Tributos	1.173	2.435	578.188	676.792
<b>Total</b>	<b>100.403</b>	<b>102.339</b>	<b>743.900</b>	<b>847.347</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.621</b>	<b>5.557</b>	<b>396.037</b>	<b>487.606</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>96.782</b>	<b>96.782</b>	<b>347.863</b>	<b>359.741</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	73.611	73.683	122.541	126.447
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.619	26.221	43.171	44.108
<b>Total</b>	<b>99.230</b>	<b>99.904</b>	<b>165.712</b>	<b>170.555</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.448</b>	<b>3.122</b>	<b>27.234</b>	<b>32.917</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>96.782</b>	<b>96.782</b>	<b>138.478</b>	<b>137.638</b>

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 31 de março de 2020 e em 2019:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
<b>Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro</b>	<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>(2.037)</b>	<b>12.219</b>	<b>(2.037)</b>	<b>12.219</b>
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					5.474	11.709	5.474	11.709
<b>Total do Resultado Tributável</b>	<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>3.437</b>	<b>23.928</b>	<b>3.437</b>	<b>23.928</b>
Equivalência Patrimonial	9.358	(5.525)	9.358	(5.525)	7.261	(8.049)	7.261	(8.049)
Adições/Exclusões Permanentes	(722)	(55)	(722)	(55)	24.069	1.091	24.069	1.091
Adições/Exclusões Temporárias	(1.361)	1.417	(1.361)	1.417	53.839	143.842	53.839	143.842
<b>Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal</b>	<b>(4.578)</b>	<b>(2.146)</b>	<b>(4.578)</b>	<b>(2.146)</b>	<b>88.606</b>	<b>160.812</b>	<b>88.606</b>	<b>160.812</b>
(-)Compensação Prejuízo Fiscal					(19.200)	(32.746)	(19.200)	(32.746)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(4.578)</b>	<b>(2.146)</b>	<b>(4.578)</b>	<b>(2.146)</b>	<b>69.406</b>	<b>128.066</b>	<b>69.406</b>	<b>128.066</b>
Alíquota Aplicável	257%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente</b>								
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas					(17.098)	(29.595)	(6.165)	(10.666)
IRPJ - Lucro Presumido					(267)	(472)	(137)	(233)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente</b>					<b>(17.365)</b>	<b>(30.067)</b>	<b>(6.302)</b>	<b>(10.899)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido</b>	<b>1.145</b>	<b>540</b>	<b>412</b>	<b>194</b>	<b>528</b>	<b>22.629</b>	<b>189</b>	<b>8.146</b>
<b>Total do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.145</b>	<b>540</b>	<b>412</b>	<b>194</b>	<b>(16.836)</b>	<b>(7.438)</b>	<b>(6.111)</b>	<b>(2.753)</b>

#### 14.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
<b>Alíquotas</b>			<b>25%</b>	<b>9%</b>
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	4.580	1.145	412
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	(2.489)	(622)	(224)
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	212	53	18
Rendimentos Financeiros a Resgatar	CEB Geração S.A.	(192)	(48)	(17)
<b>Total</b>		<b>2.111</b>	<b>528</b>	<b>189</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.163	71.163	101.816	101.198
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.619	25.619	36.662	36.440
<b>Total</b>	<b>96.782</b>	<b>96.782</b>	<b>138.478</b>	<b>137.638</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>96.782</b>	<b>96.782</b>	<b>138.478</b>	<b>137.638</b>

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos de tributos federais relativos ao reconhecimento do ganho sobre a mais valia no momento da reavaliação dos terrenos realizada em 2010. Já no âmbito da CEB DIS trata-se do reconhecimento sobre o VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da realização dos terrenos, do Ativo Financeiro Indenizável e dos Ativos e Passivos Regulatórios.

#### 14.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS			58.903	63.081
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	384	1.370	5.728	7.163
Programa de Integração Social - PIS	83	283	1.217	1.512
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41	47	492	545
Parcelamentos de Tributos (a)			271.032	311.330
Postergação de Tributos (b)			236.755	293.067
Outros	665	735	61	94
<b>Total</b>	<b>1.173</b>	<b>2.435</b>	<b>578.188</b>	<b>676.792</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.173</b>	<b>2.435</b>	<b>368.803</b>	<b>454.689</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>209.385</b>	<b>222.103</b>

#### (a) Parcelamento de Tributos

##### ICMS

Em julho de 2018, a Distribuidora assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R\$ 53.036 e R\$ 59.084 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário, foram exigidos multa de 5% no montante de R\$ 5.606 contabilizado em julho de 2018 e sinal de R\$ 5.886. O valor residual de R\$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

Em abril de 2019, a CEB DIS assinou um segundo contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre o faturamento dos meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019, com valores principais resultantes em R\$ 60.220, R\$ 60.546 e R\$ 33.167 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário foram exigidos multa de R\$ 13.735, juros de R\$ 2.626 e sinal de R\$ 8.515. O valor residual de R\$

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

161.779 foi dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de junho de 2019 com atualizações mensais por juros SELIC.

Em 31 de março de 2020 o saldo devedor dos parcelamentos era de R\$ 223.848.

#### PIS/COFINS

Em agosto de 2019, a Distribuidora celebrou 3 (três) contratos de parcelamentos de débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), sob nº 10166-7318 (PIS/COFINS), 10166-732180 (PIS/COFINS) e 14033.720278 (PIS), cujo montante total foi de R\$ 59.058, divididos em 60 parcelas mensais de R\$ 984, acrescidas de juros de 1% e 100% da Selic mensal. O montante parcelado refere-se à revisão da metodologia de cálculo utilizada para a precificação das atualizações monetárias dos tributos FINSOCIAL e PIS/PASEP, decorrentes de ação judicial.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor dos parcelamentos era de R\$ 51.184.

#### (b) Postergação ICMS

Em 2019, o Governo do Distrito Federal publicou Decretos, mensalmente, de forma a prorrogar a parcela dos ICMS apurado mensalmente conforme demonstrado a seguir:

	ICMS Apurado	ICMS Pago	ICMS Diferido	Novo vencimento	Data de quitação	Saldo Pendente (*)
mar/19	60.840	22.840	38.000	09/01/2020	09/01/2020	
abr/19	61.086	30.000	31.086	10/02/2020	10/02/2020	
mai/19	64.828	30.000	34.828	09/03/2020	09/03/2020	
jun/19	62.004	30.000	32.004	10/04/2020		32.004
jul/19	56.147	30.000	26.147	11/05/2020		26.147
ago/19	61.949	30.000	31.949	10/06/2020		31.949
set/19	67.924	30.000	37.924	10/07/2020		37.924
out/19	68.235	30.000	38.235	10/07/2020		38.235
nov/19	71.158	30.000	41.157	10/07/2020		41.157
dez/19	59.338	30.000	29.337	10/07/2020		29.337
<b>Total</b>	<b>633.509</b>	<b>292.840</b>	<b>340.667</b>			<b>236.753</b>

(\*) Demonstrado pelo seu valor histórico.

Essa medida de flexibilização tem sido utilizada pela Administração para mitigar o desequilíbrio financeiro da CEB DIS, que vem implantando alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira prevista em seu Estatuto Social, bem como no Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL.

Até a data de aprovação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Companhia está adimplente perante os ICMS diferidos.

## 15. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para suprir os custos dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de março de 2020, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 44.171 e apresenta a seguinte movimentação:

	FATURADO	ARRECADADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.542	18.356	41.898
Faturamento	56.267		56.267
Arrecadação	(53.868)	53.868	
Atualização		1.678	1.678
Repasse		(55.672)	(55.672)
Saldo em 31 de março de 2020	25.941	18.230	44.171

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB DIS, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento.

O saldo residual do parcelamento da CIP foi liquidado em janeiro de 2020.

## 16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (a)	142.710	137.692
Encargos do Consumidor a Recolher (b)	1.796	14.435
<b>Total</b>	<b>144.506</b>	<b>152.127</b>
<b>Circulante</b>	<b>63.073</b>	<b>81.882</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>81.433</b>	<b>70.245</b>

### (a) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB DIS, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

Sobre o saldo do exigível na conta de P&D e EE – Recursos em Poder da Empresa (ou equivalente) devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao faturamento, até o mês de lançamento do gasto na Ordem de Serviço - ODS, ou equivalente, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 754, de 13/12/2016 e nº 830, de 05/11/2018.

A empresa regulada pela ANEEL com obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991/2000 que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de P&D e ou PEE um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

Para proceder a essa verificação específica, deve-se excluir do saldo da Conta Contábil:

- No caso do P&D os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso, ativo circulante e não circulante, respectivamente; e
- No caso do PEE os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso circulante e não circulante, as receitas provenientes de contratos de desempenho e a diferença entre o valor provisionado para o Procel e o efetivamente recolhido.

Para os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa Selic, também acumulados na Conta Contábil de P&D e de PEE, fica estabelecido o horizonte de até 48 meses, a partir da entrada em vigência da Resolução Normativa nº 754/2016 e nº 830/2018 referente ao P&D e PEE, respectivamente, para regularização, de forma a atender ao disposto nos regulamentos, relativos ao acúmulo de valor nessas Contas.

A partir desse horizonte de 48 meses, o saldo da Selic deve ser considerado na verificação do limite de acúmulo nas Contas Contábeis de P&D e PEE, pois compõe o montante de investimentos a realizar em P&D e PEE regulado pela ANEEL.

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do período de 2019 a 2023 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Programa de Eficiência Energética – PEE	81.449	77.971
Pesquisa e Desenvolvimento – P &D	59.787	57.962
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.024	1.214
Ministério de Minas e Energia – MME	450	545
<b>Total</b>	<b>142.710</b>	<b>137.692</b>

#### (b) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Bandeira Tarifária		13.165
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	414	414
Demais Encargos Setoriais	1.382	856
<b>Total</b>	<b>1.796</b>	<b>14.435</b>

Em 2019, o reflexo no valor da Obrigação de R\$ 13.165 no item Bandeira Tarifária era decorrente dos acionamentos: i) da Bandeira Vermelha Patamar 1, em novembro; e ii) da Bandeira Amarela, em dezembro, considerando as rotas de faturamento da CEB DIS.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	31/03/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	41.340	166.667	208.007	27.075	188.889	215.964
Encargos	490		490	635		635
Custos da Emissão	(765)	(1.670)	(2.435)	(896)	(1.893)	(2.789)
<b>Saldo Total</b>	<b>41.065</b>	<b>164.997</b>	<b>206.062</b>	<b>26.814</b>	<b>186.996</b>	<b>213.810</b>

Informações sobre as debêntures:

	Quantidade em Circulação	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias
<b>1ª Emissão</b>	1.300	CDI + 6,8% a.a.	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de Imóvel
<b>3ª Emissão</b>	200.000	CDI + 4,0% a.a.	Parcelas mensais a partir de setembro de 2021.	Recebíveis

Em 15 de maio de 2019, a Distribuidora liquidou a última parcela referente a Segunda Emissão de Debêntures, realizando, assim, a amortização total do saldo de Emissão, captada a época por R\$ 71.000, ao custo anual de 100% do CDI, acrescidos de *spread* de 6,8% a.a..

##### 17.1 PRIMEIRA EMISSÃO

A primeira emissão de debêntures, cujo o valor total foi de R\$ 130.000, foi estruturada em 49 parcelas mensais, com prazo de carência de 12 meses, tendo como vencimento final a data de 15 de junho de 2020, com remuneração de 100% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um *spread* de 6,8% ano. Possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor da Primeira Emissão de Debêntures foi de R\$ 8.057.

##### 17.2 TERCEIRA EMISSÃO

A CEB Distribuição S.A. estruturou sua Terceira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, cujo valor total de Emissão foi de R\$ 200.000, tendo como prazo de vencimento 60 meses a contar da sua data de emissão. O Valor Nominal será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 24 meses, contados da data de emissão, com remuneração de 100% da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um *spread* de 4% ao ano.

Os recursos oriundos da Terceira Emissão de Debêntures foram utilizados para a liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos, das Cédulas de Crédito Bancário nº 601188-0, 601191-0, 601192-0, 601193-0, 601194-0, 601195-0 e 601372-0, emitidas pela Empresa em favor do Banco BOCOM BBM S.A., para alongamento da dívida de curto prazo e, também, para reforço do capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Distribuidora.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor da Terceira Emissão de Debêntures foi de R\$ 198.006, o qual compreende o valor total pactuado, mais os juros incorridos no mês, haja vista o período de carência.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17.3 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>213.810</b>
Encargos incorridos	4.145
Encargos pagos	(3.937)
Amortização principal	(7.956)
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>206.062</b>

#### 17.4 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	Total
CDI + 6,8%	41.066	66.667	66.667	31.662	206.062

#### 17.5 GARANTIAS

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

#### 17.6 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS)

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias, tais como: circulação de valores para garantia mínima mensal; e aditamento obrigatório, para a 3ª emissão de Debêntures, para atualização das Unidades Consumidoras dadas em garantias.

Em março de 2019, a CEB DIS recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3ª emissão de debêntures, notificando a Distribuidora por descumprimento das obrigações não pecuniárias, e solicitando o vencimento antecipado da operação.

No segundo trimestre de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em que se pactuou, entre a Companhia e os debenturistas, o pagamento de waiver fee de 1% sobre o saldo das debêntures, no montante de R\$ 2.000, relativo às quebras de covenants, e mantendo a operação com o vencimento original. Ainda ficou acordado entre as partes a renegociação dos índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD), conforme demonstrado a seguir:

	Parâmetros	31/03/2020	31/12/2019
Dívida Líquida/EBTIDA	≤ 4,5	0,411	-
Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD)	≥ 2 (1º trim/20)	6,024	5,492

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	
Eletrobrás			144	200	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)			5.632	6.695	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e com Bônus de Adimplência de 15%, perfazendo 8,5% efetivo a.a.
Caixa Econômica Federal			11.545	17.271	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES			20.433	22.419	4,5% a.a + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES			2.876	3.870	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES			4.429	5.852	6% a.a
Banco FIBRA			42.614	49.443	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA			8.406	10.072	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval			35.773	40.722	4,0 a.a. + CDI
Banco ABC			10.152	12.242	CDI + 5,03% a.a.
Banco Original			2.522	5.042	CDI + 5,04% a.a.
Banco de Brasília	15.193	21.633	15.193	21.633	CDI + 2,35% a.a.
Banco de Brasília	24.310	24.000	24.310	24.000	CDI + 4,0% a.a.
Banco CCB	70.477	70.000	70.477	70.000	CDI + 3,9% a.a.
Custo de Transação			(880)	(1.096)	
<b>Total</b>	<b>109.988</b>	<b>115.633</b>	<b>253.626</b>	<b>288.365</b>	
<b>Circulante</b>	<b>15.988</b>	<b>21.633</b>	<b>111.170</b>	<b>120.833</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>94.000</b>	<b>94.000</b>	<b>142.456</b>	<b>167.532</b>	

#### 18.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2020	2021	2022	2023+	Total
ELETROBRÁS	85	43	16		144
Banco do Brasil S.A. (FCO II a IV)	2.803	2.829			5.632
Caixa Econômica Federal	11.545				11.545
Caixa Econômica Federal/BNDES	3.501	4.678	4.678	6.688	19.545
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.876				2.876
Caixa Econômica Federal/BNDES	4.429				4.429
ABC	5.549	4.603			10.152
ORIGINAL	2.522				2.522
FIBRA	20.670	21.944			42.614
SOFISA	4.445	3.961			8.406
DAYCOVAL	13.736	22.037			35.773
Banco de Brasília	15.192				15.192
Banco de Brasília	318	3.226	6.644	14.131	24.319
China Construction Bank	477	8.333	20.000	41.667	70.477
<b>Total</b>	<b>88.148</b>	<b>71.654</b>	<b>31.338</b>	<b>62.486</b>	<b>253.626</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	115.633	288.365
Captação		
Encargos Incorridos no Período	2.280	5.788
Custo de Transação		562
Encargos Financeiros Pagos	(1.497)	(5.494)
Amortizações de Principal	(6.428)	(35.595)
Saldo em 31 de março de 2020	109.988	253.626

#### 18.3 COVENANTS E GARANTIAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas subsidiárias, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e/ou execução de garantias, tais como: inadimplemento, pedido ou decretação de falência, recuperação judicial, protesto de títulos, liquidação extrajudicial, alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social, dentre outros.

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

Instituições	Garantias
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Caixa Econômica Federal	GDF (ICMS) - CEB Cessão Fiduciária de Receitas
Caixa Econômica Federal	Duplicatas - 100% Recebíveis
BCV	Duplicatas - 150% Recebíveis
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
DAYCOVAL	Cessão Fiduciária de Receita
SOFISA	Cessão Fiduciária de Receita
BBM-BC	Cessão Fiduciária de Receita
ORIGINAL	Cessão Fiduciária de Receita
ABC	Cessão Fiduciária de Receita
ABC-2	Cessão Fiduciária de Receita
Banco de Brasília	Cessão Fiduciária de Contrato de Cessão de Direitos / Cessão Fiduciária de Receita
Banco de Brasília	Penhor das ações das empresas Geradoras / Fluxo de dividendos da CEB / Cessão Fiduciária de Receita
China Construction Bank	Penhor das ações das empresas Geradoras / Fluxo de dividendos da CEB / Cessão Fiduciária de Receita

#### 19. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Governo do Distrito Federal	20.670	20.670	20.670	20.670
Eletrobrás			7.290	5.619
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			7.625	7.625
Outros Acionistas	13.148	13.148	13.148	13.148
<b>Total</b>	<b>33.818</b>	<b>33.818</b>	<b>48.733</b>	<b>47.062</b>
<b>Circulante</b>	<b>33.818</b>	<b>33.818</b>	<b>48.733</b>	<b>47.062</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de aproximadamente R\$ 5.817, que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Até a emissão destas demonstrações financeiras, não havia atualização relevante sobre o bloqueio judicial realizado.

## 20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisão de Férias	227	294	12.066	12.304
Provisão de 13º Salário	98		2.144	
Encargos Sobre Provisões			4.854	4.416
Abono Assiduidade			2.867	3.035
Participação nos Lucros			1.764	1.621
Outros	118	3	1.495	2.057
<b>Total</b>	<b>443</b>	<b>297</b>	<b>25.190</b>	<b>23.433</b>
<b>Circulante</b>	<b>443</b>	<b>297</b>	<b>25.190</b>	<b>23.433</b>

## 21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

### 21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Plano de Previdência	79.728	100.581
<b>Total</b>	<b>79.728</b>	<b>100.581</b>
Circulante	2.256	2.568
Não Circulante	77.472	98.013

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	CEB DIS
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculadas com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. A quantificação dos montantes encontra-se de conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foi instituído pela Deliberação nº 695, de 13 de dezembro de 2013, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os dados cadastrais do plano previdencial foram enviados pela FACEB e estão posicionados em março de 2020. Todos os dados cadastrais foram submetidos a testes de consistência e validados, não tendo sido identificados erros que comprometessem a qualidade da base de dados.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as variações nos ativos e nas obrigações atuariais do plano de benefícios previdenciários, reavaliados na posição de 31 de março de 2020.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 21.2 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Financeira</b>		
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	3,66%	2,67%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	7,29%	6,26%
Taxa Anual de Inflação	3,50%	3,50%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	3,50%	3,50%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	3,50%	3,50%
<b>Demográficas</b>		
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927	
Tábua de Morbidez	Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
<b>Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão</b>		
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.	
Assistidos	Família informada no cadastro.	

#### 21.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário
<b>Valor Justo dos Ativos dos Planos</b>	
<b>Valor justo dos ativos do Plano em 31/12/2019</b>	<b>1.765.989</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	27.020
Ganhos/(Perdas) atuariais	(172.045)
Contribuições do Patrocinador	1.392
Contribuições do participante do Plano	1.174
Benefícios pagos pelo plano	(27.429)
<b>Valor justo dos ativos do Plano em 31/03/2020</b>	<b>1.596.101</b>
<b>Valor presente das Obrigações atuariais</b>	
<b>Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2019</b>	<b>(2.152.098)</b>
Custo do serviço corrente	(2.672)
Custo dos juros	(32.927)
Ganhos/(Perdas) atuariais	238.350
Benefícios pagos pelo plano	27.429
<b>Valor presente da obrigação atuarial em 31/03/2020</b>	<b>(1.921.918)</b>

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um Valor Presente de Obrigação Atuarial de R\$ 1.921.918, que ao ser confrontado com o Valor Justo dos Ativos do Plano de R\$ 1.596.101, resultou em um déficit de R\$ 325.817, constituindo-se, portanto, um Passivo Atuarial. De acordo com a legislação em vigor, e conforme decisão da Companhia, a partir de dezembro de 2019 a obrigação foi reconhecida de forma proporcional às contribuições normais para o plano de benefícios, nos termos estabelecidos na legislação do regime de previdência complementar brasileiro.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário
<b>(Passivo)/Ativo integral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(386.110)</b>
Contribuições aportadas no plano	1.392
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	66.305
Despesas do exercício	(7.405)
Aplicação da restrição do passivo (parcela de responsabilidade dos empregados)	246.090
<b>(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de março de 2020</b>	<b>(79.728)</b>

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de março de 2020, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2019 se deve, principalmente, à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou uma redução da obrigação atuarial em R\$ 254.537, que representa 13,24% da referida obrigação atuarial em 31 de março de 2020. Adicionalmente, observou-se uma redução no valor justo dos ativos de R\$ 169.888 (9,62%), que contribuiu para a elevação do déficit atuarial, tendo em vista que a obrigação atuarial apresentou redução de R\$ 230.180 (10,70%).

#### 21.3.1 ESTRATÉGIAS PREVIDENCIAIS

As Estratégias Previdenciais, referente aos Planos administrados pela FACEB, consistem na apresentação de propostas de alterações para os regulamentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB – Plano BD e do Plano de Benefícios CEBPREV, envolvendo operação de migração voluntária e proposta de criação do Plano de Benefícios, estruturado na modalidade de Benefício Definido, saldado e fechado a novas adesões, onde somente admitirá o ingresso por meio de migrações, denominado Plano FACEB-Saldado.

As referidas Estratégias foram apreciadas e aprovadas pelos Órgãos Estatutários da FACEB, bem como pela CEB DIS e pelo Governo do Distrito Federal. O dossiê da referida Estratégia foi protocolado em dezembro de 2018 na PREVIC, a qual, em março de 2019, encaminhou à Fundação o Parecer nº 123/2019/CTR/CGTR/DILIC, contendo exigências a serem observadas pela FACEB.

Por fim, restando cumprida as exigências expedidas pelo Órgão Regulador, em 17 de março de 2020, a Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar emitiu a Portaria nº 196, de 13 de março de 2020, resolvendo:

- Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB, CNPB nº 1993.0004-29, administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CEBPREV, CNPB nº 2006.0068-11, administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Autorizar a aplicação do regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, a ser administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB o Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, sob o nº 2020.0006-11;
- Autorizar o convênio de adesão celebrado entre a Companhia Energética de Brasília - CEB, CNPJ nº 00.070.698/0001-11, e a CEB Distribuição S.A., CNPJ nº 07.522.669/0001-92, na condição de patrocinadoras do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, CNPB nº 2020.0006-11, e a Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB; e

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Autorizar o termo de adesão celebrado pela FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, CNPJ nº 00.469.585/0001-93, na condição de patrocinadora do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, CNPJ nº 2020.0006-11.

Ante o exposto, a Fundação, em consonância com a legislação em vigor, terá o prazo de até 180 dias, contado da data de publicação da referida Portaria, para a conclusão do processo previsto nas citadas Estratégias Previdências.

#### 21.4 EQUACIONAMENTOS

De acordo com os estudos atuariais preparados pela FACEB, referente ao exercício de 2016, 2017 e 2018 respaldados por Pareceres Atuariais da MERCER GAMA, o deficit mínimo a equacionar pela patrocinadora, participantes e assistidos foi de R\$ 33,2 milhões, R\$ 25,6 milhões e R\$ 100,5 milhões, respectivamente.

Os referidos resultados motivaram as realizações dos Contratos de Equacionamentos de Déficits, junto à CEB DIS, em atenção ao art. 21 da LC nº 109/2001 e ao art. 29 da Resolução CGPC nº 26/2008, no valor de R\$ 11.423 (2016), R\$ 8.194 (2017) e R\$ 29,2 (2018), conforme demonstrado a seguir:

Período	Valor Patrocinadora	Prazo de amortização	Início do pagamento	Juros(%)	Correção monetária	Sistema de amortização
2016	11.423	216,9 meses	fev/18	5,7	INPC/IBGE	Price
2017	8.194	209 meses	fev/19	5,7	INPC/IBGE	Price
2018	29.187	223 meses	abr/20	5,0	INPC/IBGE	Price

Tais passivos estão sendo rigorosamente amortizados nos prazos contratuais.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor dos equacionamentos de 2016, 2017 e 2018 são, respectivamente de R\$ 11.487, R\$ 8.119 e R\$ 29.187.

#### 21.5 PLANO ASSISTENCIAL

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a CEB DIS não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

## 22. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

### 22.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Regulatórias			37.658	37.705
Trabalhistas			19.420	17.530
Fiscais			276	276
Cíveis	100	100	16.429	15.936
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>73.783</b>	<b>71.447</b>
<b>Circulante</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>11.444</b>	<b>10.309</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>62.339</b>	<b>61.138</b>

#### 22.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Constituição de Provisão	100		100
Reversão de Provisão		(1)	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>100</b>		<b>100</b>
<b>Saldo em 30 de março de 2020</b>	<b>100</b>		<b>100</b>

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>11.936</b>	<b>4.667</b>	<b>1</b>	<b>34.168</b>	<b>50.772</b>
Constituições de Provisão	7.101	12.803	276	1.597	21.777
Baixa/Reversão de Provisão	(1.969)	(1.839)	(1)		(3.809)
Atualização Monetária	462	305		1.940	2.707
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17.530</b>	<b>15.936</b>	<b>276</b>	<b>37.705</b>	<b>71.447</b>
Constituições de Provisão	1.371	661			2,032
Baixa / Reversão de Provisão	(50)	(200)		(397)	(647)
Atualização Monetária	569	32		350	951
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	<b>19.420</b>	<b>16.429</b>	<b>276</b>	<b>37.658</b>	<b>73.783</b>

##### (i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

##### (ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

##### (iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela CEB DIS; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da CEB DIS, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### (iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia e suas subsidiárias são parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

#### 22.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2020, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Fiscais	126.749	126.749	140.244	140.244
Cíveis			1.493	2.601
Trabalhistas			1.126	1.126
<b>Total</b>	<b>126.747</b>	<b>126.749</b>	<b>142.861</b>	<b>143.971</b>

#### 22.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos em 31 de março de 2020, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	150	150	25.789	25.472
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>350</b>	<b>25.989</b>	<b>25.672</b>

#### 23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados	1.004	1.103
<b>Total</b>	<b>1.004</b>	<b>1.103</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.004</b>	<b>1.103</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 566.025). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2020	31/12/2019
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.203
<b>Total</b>	<b>14.416.383</b>	<b>14.416.383</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação:</b>		
Patrimônio Líquido	794.301	783.986
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	55,10	54,38

### 24.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	31/03/2020	31/12/2019
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	187.869	187.869
Ganho na Variação de Percentual - Corumbá Concessões S.A.	20.421	20.421
Perdas Atuarial - Plano de Previdência	(78.103)	(98.904)
<b>Total</b>	<b>130.187</b>	<b>109.386</b>

#### 24.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 31 de março de 2020 é demonstrado conforme quadro seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>297.186</b>
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 - Valor Bruto</b>	<b>286.087</b>
Alienação de Terreno - Exercício de 2018	(1.437)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>284.650</b>
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(96.781)
<b>Saldo em 31 de março de 2020 - Líquido do Efeito Fiscal</b>	<b>187.869</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Líquido do Efeito Fiscal</b>	<b>187.869</b>

#### 24.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

#### 24.3 RESERVA DE LUCROS

##### 24.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

##### 24.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não distribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também destinam a parcela do Lucro Líquido não distribuído daquele exercício, para essa reserva, aguardando apenas a decisão da AGO para confirmação do ato.

#### 24.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 31 de março de 2020, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 10.296 (lucro de R\$ 2.751 em 31 de março de 2019).

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 25. CONTAS DO RESULTADO

### 25.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019 Reapresentado
Fornecimento de Energia Elétrica			891.720	977.999
Energia de Curto Prazo			116.979	105.088
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(44.698)	(94.809)
Receita de Construção (a)			9.037	6.972
Aporte de Recursos da CDE			12.086	12.540
Receita de Prestação de Serviços	17.706	10.247	17.886	10.873
Suprimento de Energia			3.116	6.025
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			8.995	11.291
Arrendamento e Aluguéis			8.707	8.217
Receita de Venda de Gás			1.512	1.730
Outras Receitas			512	359
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>17.706</b>	<b>10.247</b>	<b>1.025.852</b>	<b>1.046.285</b>
Impostos	(354)	(205)	(181.974)	(207.664)
Contribuições	(1.638)	(960)	(97.815)	(80.498)
Encargos do Consumidor			(86.191)	(124.252)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(1.165)</b>	<b>(365.980)</b>	<b>(412.414)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15.714</b>	<b>9.082</b>	<b>659.872</b>	<b>633.871</b>

(a) Em atendimento ao CPC 17, a CEB DIS contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Neste trimestre de 2020, as adições no imobilizado em curso foram maiores que as realizadas no ano anterior.

#### 25.1.1 REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL – RTA 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.625, de 15 de outubro de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual, aplicado pela Distribuidora, a partir de 22 de outubro de 2019.

Durante o processo de reajuste das tarifas, os Custos Regulatórios Não Gerenciáveis (Parcela A: energia, transporte e encargos) e os demais Componentes Financeiros são atualizados com base na variação de preços realizada nos últimos 12 meses anteriores e na projeção para os 12 meses subsequentes. Na Parcela B, conhecida como Custos Gerenciáveis, tem seus valores recompostos pelo IPCA mais o Fator X, que é composto pelos índices de produtividade, trajetória de adequação dos custos operacionais e incentivo à qualidade.

As tarifas praticadas tiveram efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -6,79%, sendo -6,91% para as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão e -6,52% para aquelas unidades atendidas em alta tensão.

No referido processo tarifário, os itens de efeito relevante foram relativos aos Encargos Setoriais, especificamente a conta CDE, com impacto médio de -7,17%. Destaca-se a revisão do orçamento da CDE – USO que contribuiu com 0,77%. A retirada dos custos da CONTA ACR das tarifas de fornecimento contribuiu com efeito de -5,92% de variação no reajuste em vigor. Esse efeito foi devido à quitação antecipada dos empréstimos pela atuação conjunta da CCEE e do MME, perante os bancos credores.

Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -4,96%, enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,65%.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse processo, houve o ajuste dos itens financeiros reconhecidos pela ANEEL que equivale à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados e aqueles efetivamente praticados no ciclo tarifário anterior.

Do total dos Componentes Financeiros externos ao reajuste econômico, cuja variação foi de 9,40%, destaca-se a CVA Energia com maior impacto (8,93%), os recursos das Bandeiras Tarifárias e a cobertura concedida no ciclo anterior não foram suficientes para liquidar os custos do Risco Hidrológico incorridos pela Distribuidora.

#### 25.1.2 BANDEIRAS TARIFÁRIAS

O sistema de Bandeiras Tarifárias foi criado para substituir a tarifa do período seco e úmido, buscando fornecer um sinal de preços mais adequado ao consumidor e mais próximo do contexto atual de custos de geração de energia.

Desde 2015, as Bandeiras Tarifárias são acionadas, tendo como base o Custo Unitário Variável – CVU, relativo à última usina despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, por ordem de mérito. Isso ocorre para arrecadar recursos necessários para cobrir custos extras com a produção de energia mais cara, gerada por termelétricas.

A partir de 20 de fevereiro de 2017, entrou em vigor a Resolução Normativa nº 760/2017 da ANEEL, introduzindo as seguintes alterações: manutenção dos patamares de acionamento das Bandeiras Verde; Amarela; e Vermelha (patamares 1 e 2). Os valores correspondentes foram os seguintes: Bandeira Amarela, R\$ 20,00/MWh; e Bandeiras Vermelhas Patamar 1, R\$ 30,00/MWh e Patamar 2, R\$ 35,00/MWh.

Em 24 de outubro de 2017, a Agência Reguladora instaurou a Audiência Pública – AP nº 61/2017, com o objetivo de coletar subsídios para redefinição da metodologia das Bandeiras Tarifárias.

Como resultado, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392/2018 da ANEEL, a sistemática de definição das faixas de acionamento das bandeiras teve como base o realinhamento da regra, em que passou a considerar o deficit de geração hidrológica, GSF, (relação entre geração hidráulica total e a garantia física) e o preço da energia elétrica de curto prazo, PLD.

Dessa forma, os valores dos patamares das Bandeiras foram definidos da seguinte forma: i) Amarela (R\$ 1,00 a cada 100 KWh consumidos); ii) Vermelha patamar 1 (R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos); e iii) Vermelha patamar 2 (R\$ 5,00 a cada 100 KWh consumidos).

Em 27 de fevereiro de 2019, foi instaurada Audiência Pública nº 08/2019 da ANEEL, com a finalidade de aprimorar e revisar as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Em 21 de maio de 2019, a Agência Reguladora aprovou a Resolução Homologatória nº 2.551/2019, estabelecendo as novas faixas de acionamentos e os adicionais das Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de junho de 2019.

Os valores definidos foram: i) Bandeira Amarela (R\$ 1,30 para cada 100 KWh consumidos), Bandeira Vermelha patamar 1 (R\$ 4,00 para cada 100 KWh consumidos); e iii) Bandeira Vermelha patamar 2 (R\$6,00 para cada 100 KWh de consumo).

Após decisão da ANEEL, a partir de novembro de 2019, os valores das Bandeiras Tarifárias foram aplicados sem a regra de arredondamento, passando para: i) R\$ 1,343 para cada 100 KWh consumidos na Bandeira Amarela; ii) R\$ 4,169 para cada 100 KWh consumidos na Bandeira Vermelha patamar 1; e iii) R\$6,243 para cada 100 KWh de consumo na Bandeira Vermelha patamar 2.

Apresentamos a seguir os acionamentos das Bandeiras Tarifárias nos períodos:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2019	Bandeira	2020	Bandeira
Janeiro	Verde	Janeiro	Amarela
Fevereiro	Verde	Fevereiro	Verde
Março	Verde	Março	Verde

Os valores arrecadados são repassados para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária-CCRBT, gerida pela CCEE. Esses recursos são homologados mensalmente pela ANEEL e são destinados a cobrir custos não previstos nas tarifas das distribuidoras, tais como: Encargos de Serviço do Sistema, despacho térmico, risco hidrológico, cota de Itaipu e exposição ao mercado de curto prazo. Diante disso, caso os recursos das Bandeiras não sejam suficientes, estes custos não cobertos são considerados no processo tarifário subsequente.

#### 25.1.3 SOBRECONTRATAÇÃO

Nos Reajustes e Revisões Tarifárias, a ANEEL apura o montante do repasse da sobrecontratação e homologa os valores a serem alocados nas tarifas da CEB DIS. Entretanto, desde 2016, a Agência Reguladora vem calculando os montantes financeiros da sobrecontratação e considerando 100% do resultado (lucro/prejuízo) do Mercado de Curto Prazo, apurado como Componente Financeiro de forma provisória nos processos tarifários, independente do patamar regulatório de 105% do mercado regulatório. Essa situação decorre da indefinição da própria Agência, acerca dos critérios a serem considerados nos montantes de energias relativos à Exposição/Sobrecontratação Involuntárias das distribuidoras.

No entanto, a Distribuidora vem escriturando, de forma prudencial, os valores de ajustes da sobrecontratação, considerando o patamar de 105%, na mesma regra praticada até 2015, respeitando o efeito no resultado de acordo com o regime de competência, além de minimizar eventual ajuste quando a Agência Reguladora definir a regra e recalcular os valores a partir de 2016.

No primeiro trimestre de 2020, as sobras de energia elétrica atingiram o nível de 7,44% no período, com 2,44 p.p acima da condição regulatória. O nível das sobras de energia elétrica reflete, ainda, a participação da CEB DIS no Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits – MCS D e no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

#### 25.1.4 REPASSE DE RECURSOS DA CDE

No Reajuste Tarifário Anual da CEB DIS de 2019, a cobertura tarifária, relativa ao encargo de CDE, incorpora a quota anual da CDE USO, CDE Energia (Decreto nº 7.891/13) e a quota anual da CDE Conta –ACR. Cabe destacar os seguintes fatos: (i) em março de 2019 findou o recolhimento da CDE-Energia (Decreto nº 7.891/13); e (ii) a CCEE, em conjunto com MME e a ANEEL, efetivaram a quitação antecipada do saldo dos empréstimos da Conta Ambiente de Contratação Regulada – Conta ACR com os bancos, cujo prazo para amortização iria até abril de 2020. Com a finalização da CDE Energia e CDE Conta ACR, restou apenas a CDE-USO.

Com a quitação antecipada da CDE Conta ACR, finalizada em setembro de 2019, resultou um saldo remanescente para rateio entre as distribuidoras de energia elétrica. O montante do saldo remanescente totalizou R\$ 641,95 milhões, a ser dividido entre as distribuidoras, de acordo o Despacho nº 2.755/2019. Assim, a CEB DIS recebeu, conforme o percentual de rateio, o valor de R\$11,55 milhões, devidamente reconhecidos como Ressarcimento de Encargo do Consumidor, em contrapartida à rubrica CVA Encargos Para Devolução Futura.

Na rubrica Aporte de Recursos da CDE é escriturada: i) os subsídios CDE, conforme Resolução Homologatória nº 2.625/2019, que reconheceu o montante mensal a ser repassado da conta CDE USO, no

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

período de 10/2019 a 10/2020, no valor de R\$ 3.370; e ii) a Diferença Mensal de Receita (DMR), ambos para suportar os descontos e subvenções tarifárias que a CEB DIS aplica aos seus clientes.

#### 25.1.5 MECANISMOS DE VENDAS DE EXCEDENTES – MVE

A participação no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE obedece aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, a qual estabelece que poderão participar como vendedores os agentes de distribuição que declararem sobras contratuais de energia elétrica.

O processamento do MVE ocorre anualmente, semestralmente e trimestralmente, estando o montante total de energia elétrica declarado pelo agente de distribuição limitado a 15% da sua respectiva carga no centro de gravidade, apurada nos 12 meses anteriores de dados disponíveis (montante divulgado pela CCEE). Nesse sentido, a CEB-DIS vendeu:

- 73,9 MW médios no mecanismo semestral de 2019, com validade de julho a dezembro de 2019, na modalidade de Energia Convencional Especial ao preço de “PLD + Spread”;
- 75,4 MW médios no mecanismo anual de dezembro de 2019, com validade de janeiro a dezembro de 2020, na modalidade de Energia Convencional a preço “Fixo”;
- 10,0 MW médios no mecanismo semestral de dezembro de 2019, com validade de janeiro a junho de 2020, na modalidade de Energia Convencional Especial ao preço de “PLD + Spread”;
- 73,0 MW médios no mecanismo trimestral de dezembro de 2019, com validade de janeiro a março de 2020, na modalidade de Energia Convencional Especial ao preço de “PLD + Spread”, (Montante inicial de 83,0 MW médios, mas houve inadimplência do comercializador BIO ENERGIA, e este representava 10,0 MW médios da venda. Por isso o montante final contabilizado para o MVE de janeiro a março de 2020 passou para 73,0 MW médios); e
- 20,0 MW médios no mecanismo trimestral de abril de 2020, com validade de abril a junho de 2020, na modalidade de Energia Convencional ao preço de “PLD + Spread”.

#### 25.1.6 MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DEFICITS DE ENERGIA NOVA – MCS D EN

A participação nos Mecanismos de Compensação de Sobras e Deficits de Energia Nova (MCS D EN) é definida de acordo com a Resolução Normativa Nº 693, de 15 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios para aplicação do mecanismo de compensação de sobras e deficits de energia elétrica e de potência de contrato de comercialização de energia elétrica, proveniente de novos empreendimentos de geração.

A regra prevê a ocorrência dos mecanismos A0: abr-dez, jul-dez e out-dez. Os mecanismos A-1 ocorrem em dezembro para vigência de jan-dez do ano seguinte.

Em 2020, a CEB DIS descontratou via MCS D EN o montante de 382 GWh.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 25.1.7 EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada em 15/03/2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Ao finalizar o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706-9, com repercussão geral reconhecida, os ministros entenderam que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte e, dessa forma, não pode integrar a base de cálculo dessas contribuições, que são destinadas ao financiamento da seguridade social.

Prevaleceu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, no sentido de que a arrecadação do ICMS não se enquadra entre as fontes de financiamento da seguridade social previstas na Constituição, pois não representa faturamento ou receita, representando apenas ingresso de caixa ou trânsito contábil a ser totalmente repassado ao fisco estadual.

Em 12 de junho de 2017, a CEB DIS, motivada pela decisão do STF, iniciou ação judicial vinculada ao processo nº 1004984-34.2017.4.01.3400, com petição abordando o pleito de reconhecimento do direito de compensação por tributo, com tributos recolhidos indevidamente com débitos vencidos e vincendos das contribuições para o PIS e para a COFINS, ou com débitos próprios de quaisquer outros tributos ou contribuições.

Com liminar de tutela de urgência deferida em 22 de setembro de 2017, a CEB DIS adquiriu também o direito de não mais incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, com adoção de prática a partir das apurações de outubro de 2017. Em janeiro de 2019, com fulcro na Nota Técnica Conjunta - 001/2019 - SCT/SRG, a CEB DIS, conforme Resolução de Diretoria nº 005/2019, concluiu por aguardar o julgamento definitivo da ação, que só ocorrerá com o trânsito em julgado da sentença, para então repassar a redução das alíquotas efetivas do PIS/COFINS ao consumidor.

Em 2019, o Plenário do STF decidiu, por maioria, que o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS/COFINS. A Fazenda interpôs embargos de Declaração com efeitos modificativos para modular os efeitos da decisão nos seguintes aspectos: i) que somente o ICMS efetivamente pago, e não o faturado, seja excluído da base de cálculo; e ii) que não haja efeito retroativo da decisão, situação em que a decisão teria seus efeitos válidos tão somente do trânsito em julgado.

A ANEEL, no dia 17 de março de 2020, abriu discussão para tomada de subsídios sobre o tratamento regulatório a ser dado a decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS nas contas de energia do consumidor. Após essa fase, a Agência Reguladora abrirá consulta pública com a proposta de regulamento a respeito.

#### 25.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(427.606)	(339.669)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(1.565)	(3.670)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(68.261)	(63.316)
Amortização do Risco Hidrológico	(555)	(554)
<b>Total</b>	<b>(497.987)</b>	<b>(407.209)</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou um aumento de 22,29%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, tendo em vista: i) o aumento do custo da Energia Comprada para Revenda, em razão do menor nível de descontração via MCSD EN; e ii) o aumento dos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo, relativo, principalmente, ao Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

#### 25.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal e Administradores	(4.262)	(3.884)	(52.013)	(52.338)
Serviço de Terceiros	(11.157)	(5.655)	(40.389)	(40.262)
Custo de Construção - Concessão (a)			(9.037)	(6.972)
Depreciação e Amortização	(271)	(290)	(14.615)	(14.596)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	737	(1.417)	36.624	(59.847)
Arrendamento			(6.930)	(9.026)
Material	(3.127)	(1.897)	(3.963)	(2.369)
Outras Despesas	(71)	(49)	15.758	6.873
<b>Total</b>	<b>(18.151)</b>	<b>(13.192)</b>	<b>(147.813)</b>	<b>(178.537)</b>
<b>Classificados como:</b>				
<b>Custo da Operação</b>			<b>(69.545)</b>	<b>(71.310)</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(13.152)</b>	<b>(8.146)</b>	<b>(14.253)</b>	<b>(9.082)</b>
<b>Despesas com Vendas</b>	<b>737</b>	<b>(1.418)</b>	<b>(28.098)</b>	<b>(62.345)</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(5.736)</b>	<b>(3.628)</b>	<b>(35.918)</b>	<b>(35.800)</b>

**(a)** A CEB DIS reconhece receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que: i) A atividade fim é a distribuição de energia elétrica; ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e iii) A Distribuidora terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o Resultado, como Custo de Construção e Receita de Construção.

**(b)** A variação percebida no período é reflexo da inadimplência apurada no primeiro trimestre de 2020, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Em 19 de agosto de 2019 a CEB DIS implantou o programa “Recupera” para pagamentos ou parcelamentos de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2018, com isenção de encargos moratórios, com o objetivo de reduzir a inadimplência de longa data, bem como intensificou a suspensão do fornecimento de energia elétrica, em função da contratação de empresa terceirizada para tal finalidade.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 25.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019 Reapresentado
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			3.334	3.322
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			190	
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			340	609
Variação do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			2.489	1.496
Ganho na Alienação de Bens (a)			8.359	
Outras Receitas		55	2.114	344
<b>Subtotal</b>		<b>55</b>	<b>16.826</b>	<b>5.771</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(3.288)	(3.492)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(2.037)	(3.322)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(501)	(516)
Outras Despesas			449	332
<b>Subtotal</b>			<b>(5.377)</b>	<b>(6.998)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas</b>		<b>55</b>	<b>11.449</b>	<b>(1.227)</b>

(a) Refere-se à adjudicação de 05 certames licitatórios relativos à alienação de bens móveis inservíveis (veículos, sucatas, entre outros) realizados pela CEB DIS. O produto da arrecadação foi de R\$ 8,7 milhões, contemplando 108% de ágio na alienação.

#### 25.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	1.008	375	7.595	3.470
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios			3.159	1.253
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			6.662	6.587
Rendimentos de Aplicações Financeiras	146	154	3.539	1.198
Multas e Penalidades Aplicadas			197	169
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	1.362	68	1.362	91
Outras Receitas Financeiras	2		412	(108)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(53)	(24)	(786)	(574)
<b>Subtotal</b>	<b>2.465</b>	<b>573</b>	<b>22.140</b>	<b>12.086</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos		(6)	(5.082)	(11.367)
Encargos de Dívidas	(2.280)		(10.379)	(4.424)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(5.708)	(4.997)
Juros e multa por atraso em pagamentos (a)				(16.667)
Outras Despesas Financeiras	(243)	(19)	(4.242)	(1.847)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.523)</b>	<b>(25)</b>	<b>(25.411)</b>	<b>(39.302)</b>
<b>Variação Cambial Líquida (b)</b>			<b>(11.352)</b>	<b>(3.444)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(58)</b>	<b>548</b>	<b>(14.623)</b>	<b>(30.660)</b>

(a) Encargos relativos aos parcelamentos ICMS e PIS/COFINS.

(b) Maior exposição à variação cambial da energia elétrica comprada de Itaipu Binacional, devido ao aumento na cotação do dólar.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

### 26.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

### 26.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	31/03/2020	31/03/2019
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>	<b>(10.296)</b>	<b>2.751</b>
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	(4.886)	1.305
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	(5.411)	1.446
<b>Média Ponderada das Ações em Circulação</b>		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	7.232	7.232
<b>Lucro / (Prejuízo) por Ação - R\$:</b>		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	(0,6801)	0,1817
Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	(0,7481)	0,1999

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 27.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal - GDF.

### 27.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Remuneração	1.010	4.015	2.926	10.605
Demais Benefícios de Curto Prazo	25	98	80	261
<b>Total</b>	<b>1.035</b>	<b>4.113</b>	<b>3.006</b>	<b>10.866</b>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

### 27.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

#### 27.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		<b>38.275</b>	<b>48.629</b>
<b>Contas a Receber, Líquido da PECLD</b>		<b>16.613</b>	<b>18.526</b>
Governo do Distrito Federal	a	16.613	18.526
<b>Demais Ativos</b>		<b>21.662</b>	<b>30.103</b>
<b>Dividendos/JSCP</b>	<b>b</b>	<b>18.681</b>	<b>18.681</b>
CEB Lajeado S.A.		7.131	7.131
CEB Geração S.A.		2.324	2.324
CEB Participações S.A.		6.409	6.409
Corumbá Concessões S.A.		889	889
Energética Corumbá III S.A.		1.928	1.928
<b>Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)</b>		<b>2.958</b>	<b>11.399</b>
Corumbá Concessões S.A.		2.958	11.399
<b>Outras Operações</b>		<b>23</b>	<b>23</b>
CEB Distribuição S.A.		23	23
<b>Passivo</b>		<b>61.111</b>	<b>67.157</b>
<b>Dividendos</b>	<b>c</b>	<b>20.670</b>	<b>20.670</b>
Governo do Distrito Federal		20.670	20.670
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>39.503</b>	<b>45.633</b>
Banco de Brasília - BRB	d	39.503	45.633
<b>Demais Obrigações</b>		<b>938</b>	<b>854</b>
CEB Distribuição S.A.	e	874	791
CEB Distribuição S.A.		64	63

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		31/03/2020	31/03/2019
<b>Receitas</b>		<b>19.481</b>	<b>10.616</b>
<b>Receita de Prestação de Serviços</b>		<b>17.705</b>	<b>10.247</b>
Governo do Distrito Federal (a)	f	17.705	10.247
<b>Receita de Dividendos</b>		<b>1.362</b>	
BSB Energética		1.362	
<b>Encargos de Mútuo</b>		<b>414</b>	<b>369</b>
Corumbá Concessões S.A.	g	414	369
<b>(Despesas) / Receita</b>		<b>(1.543)</b>	<b>(1.418)</b>
<b>Encargo de Dívidas</b>		<b>(2.280)</b>	
Banco de Brasília	d	(2.280)	
<b>(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>737</b>	<b>(1.418)</b>
Governo do Distrito Federal	h	737	(1.418)

**a)** Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

**b)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

**c)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

**d)** Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

**e)** A CEB DIS possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

**f)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

**g)** Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

**h)** Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 27.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		<b>82.158</b>	<b>91.025</b>
<b>Contas a Receber, Líquida da PECLD</b>		<b>75.199</b>	<b>75.625</b>
Corumbá Concessões S.A.	a	423	460
Energética Corumbá III S.A.	a	37	112
Governo do Distrito Federal	b	74.739	75.053
<b>Demais Ativos</b>		<b>6.959</b>	<b>15.400</b>
<b>Dividendos/JSCP</b>	c	<b>4.001</b>	<b>4.001</b>
Corumbá Concessões S.A.		889	889
Energética Corumbá III S.A.		1.928	1.928
Investco S.A.		1.184	1.184
<b>Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)</b>		<b>2.958</b>	<b>11.399</b>
Corumbá Concessões S.A.		2.958	11.399
<b>Passivo</b>		<b>586.899</b>	<b>739.143</b>
<b>Fornecedores</b>	d	<b>19.413</b>	<b>20.587</b>
Corumbá Concessões S.A.		15.755	15.755
Energética Corumbá III S.A.		3.658	4.832
<b>Contribuição de Iluminação Pública</b>	e	<b>44.171</b>	<b>44.541</b>
Governo do Distrito Federal		44.171	44.541
<b>Dividendos</b>	f	<b>20.670</b>	<b>20.670</b>
Governo do Distrito Federal		20.670	20.670
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>39.503</b>	<b>45.633</b>
Banco de Brasília - BRB		39.503	45.633
<b>Parcelamento e Postergação de Tributos (ICMS)</b>		<b>460.603</b>	<b>604.397</b>
Governo do Distrito Federal		460.603	604.397
<b>Arrendamento a Pagar</b>		<b>2.539</b>	<b>3.315</b>
Investco S.A.		2.539	3.315

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019
<b>Receitas</b>		<b>93.360</b>	<b>121.928</b>
<b>Receita de Comercialização de Energia</b>	<b>a</b>	<b>1.638</b>	<b>1.572</b>
Corumbá Concessões S.A.		1.341	1.262
Energética Corumbá III S.A.		297	310
<b>Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>g</b>	<b>88.889</b>	<b>130.603</b>
Governo do Distrito Federal		88.889	130.603
<b>Receita de Arrecadação da CIP</b>		<b>1.471</b>	
Governo do Distrito Federal		1.471	
<b>Receita de Dividendos</b>		<b>1.362</b>	
BSB Energética		1.362	
<b>Despesas</b>		<b>(117.281)</b>	<b>(107.668)</b>
<b>Energia Comprada Para Revenda</b>	<b>h</b>	<b>(56.988)</b>	<b>(52.538)</b>
Corumbá Concessões S.A.		(46.249)	(42.267)
Energética Corumbá III S.A.		(10.739)	(10.271)
<b>Encargo de Dívidas</b>		<b>(2.280)</b>	
Banco de Brasília		(2.280)	
<b>Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>i</b>	<b>(58.013)</b>	<b>(54.761)</b>
Governo do Distrito Federal		(58.013)	(54.761)

**a)** As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB DIS e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

**b)** Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB DIS) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

**c)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

**d)** A CEB DIS tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

**e)** A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF a partir da sua arrecadação;

**f)** Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 18;

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**g)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

**h)** Representa a receita decorrente do fornecimento de energia, prestação de serviços pela arrecadação da CIP e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF; e

**i)** A CEB DIS tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A..

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 28. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(11.853)</b>	<b>2.017</b>	<b>20.915</b>	<b>27.723</b>
<b>Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período</b>				
Depreciação e Amortização	271	290	14.615	14.596
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.358	(5.525)	(10.018)	(11.485)
Receita de Construção			(9.037)	(6.972)
Custo de Construção - Concessão			9.037	6.972
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(737)	1.417	(36.624)	59.847
Encargos da Dívida			(10.379)	
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(2.490)	(402)
Atualização Monetária - Contingências			951	1.086
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			1.678	374
Custo de Transação com Empréstimos				(34)
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais			2.032	2.713
	<b>8.892</b>	<b>(3.818)</b>	<b>(19.477)</b>	<b>65.609</b>
<b>(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais</b>				
Contas a Receber	(13.476)	1.841	(94.148)	61.613
Estoques	(1.206)	29	1.025	38
Aplicações Financeiras			(121)	(76)
Depósitos e Bloqueios Judiciais			(173)	645
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			71.307	149.917
Tributos e Contribuições Compensáveis	(1.744)	(994)	56.139	(1.297)
Demais Créditos	38.804	33	22.353	19.958
	<b>22.378</b>	<b>909</b>	<b>56.382</b>	<b>230.798</b>
<b>Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais</b>				
Fornecedores	(1.134)	(2.672)	21.981	(111.736)
Obrigações Tributárias	(1.936)	(2.405)	(103.447)	(129.393)
Contribuição de Iluminação Pública			2.273	10.035
Encargos Regulatórios			(7.621)	(1.193)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	146	(3)	1.757	2.387
Obrigações Societárias		(68)	1.671	2.922
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(22.786)	(38.271)
Benefícios Pós-Emprego			20.853	(8.616)
Obrigações Vinculadas a Concessão			1.041	(14.241)
Demais Obrigações	80	923	16.933	16.137
	<b>(2.844)</b>	<b>(4.225)</b>	<b>(67.345)</b>	<b>(271.969)</b>
<b>Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(7.564)		(7.564)	
Pagamento de Encargos da Dívida	1.471		1.471	(1.803)
	<b>(6.093)</b>		<b>(6.093)</b>	<b>(1.803)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais</b>	<b>10.480</b>	<b>(5.117)</b>	<b>(5.895)</b>	<b>51.444</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 estão incluídas nos quadros seguintes:

### 29.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Período findo em 31/03/2020					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
<b>ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)</b>	1.156.018	8.951	94.650	16.117		1.275.736
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no período	(244)	(51)	(1.321)	1.354		(262)
<b>INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES</b>			<b>191.160</b>	<b>825.645</b>	<b>(650.410)</b>	366.395
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	636.881	3.648	43.655	16.885	(41.197)	659.872
Custo com Energia Elétrica	(531.502)	(406)	(7.276)		41.197	(497.987)
Custo de Operação	(59.287)	(194)	(9.033)	(1.030)		(69.545)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(359)	(743)		(13.151)		(14.253)
<b>Lucro Bruto</b>	45.733	2.306	27.345	2.704	(0)	78.088
<b>Receitas/ (Despesas) Operacionais</b>	(45.057)	(928)	969	(14.544)	17.012	(42.549)
Despesas com Vendas	(28.835)			737		(28.098)
Despesas Gerais e Administrativas	(27.450)	(928)	(1.616)	(5.923)		(35.918)
Resultado de Equivalência Patrimonial			2.364	(9.358)	17.012	10.018
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	11.228		221		0	11.449
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	675	1.377	28.315	(11.840)	17.012	35.539
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	(15.558)	177	818	(60)		(14.623)
Receitas Financeiras	18.535	218	921	2.467		22.140
Despesas Financeiras	(22.741)	(41)	(103)	(2.527)		(25.411)
Variação Cambial	(11.352)					(11.352)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos</b>	(14.882)	1.554	29.133	(11.900)	17.012	20.916
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	(16.055)	(202)	(8.249)	1.557		(22.948)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(15.208)	(136)	(8.321)			(23.666)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(846)	(66)	72	1.557		717
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período</b>	(30.937)	1.352	20.884	(10.343)	17.012	(2.032)
<b>Atribuído aos Acionistas Controladores</b>						(10.296)
<b>Atribuído aos Acionistas não Controladores</b>						8.264

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31/03/2019					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
<b>ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)</b>	<b>1.168.801</b>	<b>8.166</b>	<b>100.872</b>	<b>17.003</b>		<b>1.294.842</b>
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	2.981	1.001	(1.225)	(128)		(3.019)
<b>INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES</b>			<b>184.717</b>	<b>552.551</b>	<b>(388.735)</b>	<b>348.533</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>603.416</b>	<b>7.738</b>	<b>66.680</b>	<b>10.420</b>	<b>(42.741)</b>	<b>645.513</b>
Custo com Energia Elétrica	(444.495)	(387)	(5.068)		42.741	(407.209)
Custo de Operação	(58.576)	(181)	(11.294)	(1.259)		(71.310)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(87)	(835)	(15)	(8.145)		(9.082)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>100.258</b>	<b>6.335</b>	<b>50.303</b>	<b>1.016</b>		<b>157.912</b>
<b>Receitas/ (Despesas) Operacionais</b>	<b>(104.130)</b>	<b>(766)</b>	<b>1.827</b>	<b>361</b>	<b>3.179</b>	<b>(99.529)</b>
Despesas com Vendas	(60.927)			(1.418)		(62.345)
Despesas Gerais e Administrativas	(30.058)	(766)	(1.175)	(3.801)		(35.800)
Resultado de Equivalência Patrimonial			2.870	5.525	3.090	11.485
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(13.145)		132	55	89	(12.869)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.872)</b>	<b>5.569</b>	<b>52.130</b>	<b>1.377</b>	<b>3.179</b>	<b>58.383</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(32.701)</b>	<b>258</b>	<b>1.231</b>	<b>552</b>		<b>(30.660)</b>
Receitas Financeiras	9.809	347	1.353	577		12.086
Despesas Financeiras	(39.066)	(89)	(122)	(25)		(39.302)
Variação Cambial	(3.444)					(3.444)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos</b>	<b>(36.573)</b>	<b>5.827</b>	<b>53.361</b>	<b>1.929</b>	<b>3.179</b>	<b>27.723</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>6.653</b>	<b>(365)</b>	<b>(17.214)</b>	<b>734</b>		<b>(10.192)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(25.954)	(365)	(14.647)			(40.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	32.607		(2.567)	734		30.774
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período</b>	<b>(29.920)</b>	<b>5.462</b>	<b>36.147</b>	<b>2.663</b>	<b>3.179</b>	<b>17.531</b>
<b>Atribuído aos Acionistas Controladores</b>						<b>2.751</b>
<b>Atribuído aos Acionistas não Controladores</b>						<b>14.780</b>

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 30.1 POSTERGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, PIS/PASEP E DA COFINS

De acordo com a Portaria do Ministério da Economia – ME nº 139, de 3 de abril de 2020, fica alterado o prazo para pagamento da contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, que ocorreria em abril e maio de 2020, para agosto e outubro de 2020, respectivamente. A CEB DIS, em atenção à referida Portaria, postergou o INSS patronal, bem como o PIS/PASEP e a COFINS da competência março de 2020, no valor de R\$ 2.173 e 4.968, respectivamente. Cumpre ressaltar que a efetivação dos pagamentos até esses novos prazos não haverá a incidência de juros ou multa de mora.

### 30.2 POSTERGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS

Em atenção à Medida Provisória nº 927/2020, a qual concedeu alternativas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), a CEB DIS procedeu a suspensão e o parcelamento, sem multa e encargos, do recolhimento do FGTS, no valor de R\$ 742, das competências referentes à março, abril e maio de 2020. O montante postergado será recolhido ao FGTS parceladamente, entre julho e dezembro de 2020, em 6 parcelas iguais, sem impacto na regularidade dos empregadores junto ao FGTS (CRF).

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 30.3 PARCELAMENTO DO ICMS DA COMPETÊNCIA MARÇO DE 2020

Diante dos efeitos do novo Coronavírus (Sars-COV-2), em que tem causado instabilidade à economia mundial e mudanças significativas nos níveis de produção e nos padrões de consumo, a CEB DIS vem sofrendo uma relevante redução em seu faturamento, bem como aumento acentuado da inadimplência, refletindo fortemente na deficiência do fluxo de caixa da Distribuidora. Dessa forma, em 04/05 a CEB DIS solicitou à SEFAZ/DF o Parcelamento Administrativo de Débitos Não Ajuizados, segundo a LC nº 833/2011, do ICMS relativo à competência março de 2020, no valor de R\$ 55.259, a ser parcelado em 60x (vezes), com data de vencimento no dia 05 (cinco) de cada mês. O Parcelamento será condicionado ao pagamento de sinal previsto nos art. 3º da LC nº 833/2011, assim como as parcelas serão mensais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, e juros de 1% no mês do pagamento (§ 3º do art. 6º da LC nº 943, de 16 de abril de 2018).

#### 30.4 RECEBIMENTO SUBSÍDIO CCEE

Em 08 de abril de 2020, a CEB DIS recebeu R\$ 25.493 referente à operacionalização do DESPACHO ANEEL nº 986/2020, conforme comunicado CO nº 235/2020 da CCEE. A ação visa reforçar a liquidez do setor elétrico em meio ao cenário de pandemia do COVID-19. O repasse dos valores do Fundo de Reserva para alívio futuro de encargos ocorrerá durante o ano de 2020 somente quando houver saldo positivo no referido Fundo. Ainda, conforme o referido CO, esse valor será publicado em relatório de “Equacionamento de Débito – DED001”.

#### 30.5 COMPRA DE AÇÕES DA CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em sua 592ª Reunião Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, a execução do direito de preferência na aquisição proporcional de 50% das Ações Ofertadas pertencentes a C&M detido por estes no capital social da Corumbá Concessões S.A..

O custo de aquisição das ações pela Companhia Energética de Brasília é de R\$1.288.843,05 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinco centavos), o que representa um aumento de participação acionária na ordem de 0,38%, passando de 32,14% para 32,52%.

Os valores serão pagos da seguinte forma: (i) R\$ 893.587,55 (oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) na data do exercício do direito de preferência; e (ii) 10 parcelas mensais de R\$ 39.525,55 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavratura e assinatura dos livros da Sociedade relativas à transferência das ações ofertadas.

A CEB Participações S.A., empresa do Grupo e acionista da Corumbá Concessões S.A., também acompanhará a execução do direito de preferência, proporcionalmente ao seu investimento, e, quando da sua efetivação, passará de 1,52% para 1,54% na participação acionária.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Brasília, 28 de maio de 2020.

**EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA**  
Diretor-Presidente

**FABIANO CARDOSO PINTO**  
Diretor Técnico

**FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA**  
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de  
Relações com Investidores

**MARLY GOMES ARAÚJO**  
Contadora  
CRC - DF 7901/O-8

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB  
Brasília - DF

#### Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB (“Companhia”, “CEB”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfase

##### Investigação de Fraude na investida CEB Distribuição

Com base na Nota Explicativa nº 2.3.1.1, em 31 de outubro de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal realizou a Operação Apaté, que apura a suposta prática de furto de energia e fraude no medidor, com prejuízos à Companhia. As investigações estão restritas à suposta participação de terceirizados, ex-empregados e empregados da Companhia. Os efeitos das Perdas Não Técnicas no Resultado, independentemente da causa (furtos de energia elétrica, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição e outros), já estão considerados nos custos da compra de energia elétrica. De acordo com a Administração da Companhia, os Controles Internos estão sendo revisados, bem como sua análise de Gestão de Riscos, na busca por mitigar novas ocorrências de irregularidades e fraudes. Nossa conclusão não contém modificação sobre esse assunto.

#### Outros Assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 31 de março 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Auditoria e Revisão dos Valores Correspondentes

A revisão das demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores que emitiram relatório de revisão com data de 15 de maio de 2019, sem modificações.

A revisão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram conduzidas por nós, que emitimos relatório de auditoria com data de 24 de março de 2020, sem modificações.

São Paulo, 28 de maio de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Companhia Energética de Brasília - CEB

Emissão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB referentes ao 1º trimestre de 2020.

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 1º trimestre de 2020.

**EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA**  
Diretor-Presidente

**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

**FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA**  
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

**FABIANO CARDOSO PINTO**  
Diretor Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Companhia Energética de Brasília - CEB

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR

A Diretoria, com fundamento no inciso XXVIII do art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso V, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE registrar que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais- ITR do 1º trimestre 2020.

**EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA**  
Diretor-Presidente

**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

**FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA**  
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

**FABIANO CARDOSO PINTO**  
Diretor Técnico